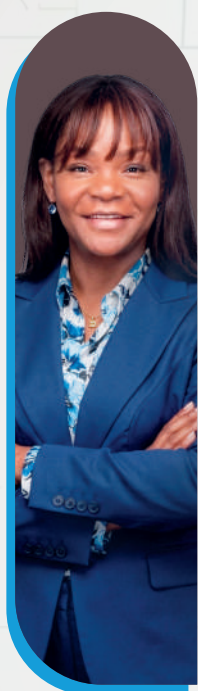


Prisma Económico

EDIÇÃO N.º 002 | MARÇO 2026 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Leia o código QR



I.ª CONFERÊNCIA PRISMA ECONÓMICO: AS PRIORIDADES DAS FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

FUTURO SUSTENTÁVEL
DOS NEGÓCIOS



Pay4all

HÁBITOS QUE FORTALECEM
A SAÚDE FINANCEIRA



Decifrar Finanças

PODER DA
TECNOLOGIA VERDE



BAI Cabo Verde

BAI DIRECTO

Valide as suas operações
por leitura biométrica.





“A realização da 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, enquadra-se, igualmente, nas celebrações dos 30 anos do BAI, que se assinala a 14 de novembro de 2026 — três décadas marcadas pela resiliência, inovação e contribuição para o desenvolvimento do sistema financeiro angolano e nos mercados em que o grupo opera.”

FÁBIO CORREIA, DIRECTOR EDITORIAL

A CONSTRUIR O FUTURO DOS PAGAMENTOS EM ANGOLA



Na Pay4all, desenvolvemos soluções que simplificam pagamentos, promovem inclusão financeira e aceleram a transformação digital.

Ligamos pessoas, empresas e sistemas para criar um ecossistema integrado, seguro e orientado para o crescimento.

Estamos a construir esse futuro.



Saiba mais

 **pay4all**



FÁBIO CORREIA
DIRECTOR EDITORIAL

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA MUDAR VIDAS

Num contexto global de transformação acelerada, o sector financeiro assume um papel central na redefinição dos modelos económicos e sociais. A inovação, tradicionalmente associada ao *hardware*, aos sistemas informáticos e às aplicações móveis, evolui hoje para uma dimensão mais ampla: a capacidade de gerar poupança, emprego e acesso ao crédito para as empresas e comunidades.

Em Angola, este desafio é particularmente evidente. A baixa taxa de bancarização da população rural, os processos ainda assentes em papel e formulários, e as ocorrências de algumas fraudes em operações colocam a inovação no centro da estratégia das instituições financeiras. Mais do que substituir a agência bancária por uma aplicação, trata-se de reduzir o tempo de abertura de conta, encurtar as filas de atendimento e garantir que uma transferência chega ao destino sem erro e no tempo definido.

Contudo, a inovação só é verdadeiramente relevante quando muda vidas e cria resultados tangíveis: o multicaixa que dispensa a deslocação à agência, o pagamento por telemóvel que substitui o dinheiro físico, e a conta aberta em minutos são hoje determinantes. A digitalização contribui não apenas para a rapidez, mas também para a redução do consumo de papel, tinta e combustível,

promovendo práticas mais responsáveis.

Neste enquadramento, a inovação e a sustentabilidade são factores convergentes. O sector financeiro assume um papel activo na promoção de um sistema económico mais inclusivo, levando serviços bancários, financiamento e liquidez às províncias do interior e incentivando a poupança e o uso de canais digitais em detrimento do dinheiro vivo.

No mesmo sector, este novo paradigma exige uma mudança cultural. A inovação deixa de ser tarefa de um departamento de informática e passa a estar integrada em todas as direcções — da agência ao crédito, do risco ao *marketing*, apoiada por equipas que testam, corrigem e lançam soluções em ciclos curtos. Externamente, o sucesso das instituições passa a ser medido não apenas pelo lucro e pela carteira de crédito, mas pela capacidade de fazer chegar serviços financeiros a quem nunca teve uma conta ou não vê vantagens em estar bancarizado.

O futuro do sector financeiro será definido por esta capacidade de transformar inovação em soluções concretas que as pessoas usam todos os dias, e associam a benefícios próprios, que no agregado criarão o desenvolvimento sustentável.

Inovar, hoje, não é lançar tecnologias — é mudar a vida de quem a usa. ●

**Prisma
Económico**

CONHECIMENTO PARA QUEM
TRANSFORMA O SISTEMA FINANCEIRO

Propriedade

GRUPO BAI
Edifício Garden Towers, Torre BAI
Travessa Ho-Chi-Minh, Maianga - Luanda
Tel.: +244 222 693 800 | 222 693 801 | 924 100 100

www.prismaeconomico.bancobai.ao

EDIÇÃO N.º002 | 2026 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Director Editorial

Fábio Correia

Editores

Direcção de Comunicação
e Gestão da Marca (BAI) e ZWELA

Redacção

Direcção de Comunicação
e Gestão da Marca (BAI) e ZWELA

Empresas e Internacional

Banco BAI, S.A.
BAI Europa
BAI Cabo Verde
NOSSA Seguros, S.A.
ÁUREA - SDVM, S.A.
Pay4all - Prestadora de Serviços de
Pagamentos, S.A.
Academia BAI
Fundação BAI

Fotografia

Direcção de Comunicação e Gestão
da Marca (BAI) e ZWELA

Design e Paginação

ZWELA

Impressão e Acabamentos

IMPRIMARTE, ARTES GRÁFICAS

Tiragem

3000 Exemplares

Distribuição

Grupo BAI
Entidades Públicas e Privadas seleccionadas

@prismaeconomico.bancobai.ao



Presidente da República João Lourenço presta homenagem às vítimas dos conflitos políticos em Angola



João Manuel Gonçalves Lourenço, dirigiu em maio deste ano, uma mensagem à Nação em homenagem às vítimas dos conflitos políticos que marcaram o período entre 11 de novembro de 1975 e 4 de Abril de 2002 em Angola. A comunicação presidencial sublinha a importância da memória histórica e do respeito por todos aqueles que perderam a vida durante os anos de instabilidade no país.

Na sua mensagem, o Chefe de Estado destacou o valor da reflexão colectiva sobre o passado, reforçando a necessidade de preservar a paz como um bem essencial para o desenvolvimento nacional. O período referido é reconhecido como um dos mais complexos da história contemporânea angolana, tendo deixado profundas marcas sociais, políticas e humanas.

A evocação destas vítimas enquadra-se no esforço contínuo de consolidação da reconciliação nacional e de promoção da unidade entre os angolanos. A mensagem presidencial reforça ainda o compromisso do Estado com a preservação da paz e com a construção de uma sociedade assente na estabilidade, no diálogo e na memória histórica.



ANPG e TOTAL Energies firmam acordo para desenvolver Bloco 32 até 2043

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) e a TotalEnergies assinaram, recentemente, um acordo inicial para o desenvolvimento do Bloco 32 até 2043, envolvendo várias áreas de produção localizadas no offshore angolano.

O acordo representa mais um passo no reforço da cooperação entre o Estado angolano e as empresas internacionais do sector petrolífero, numa fase em que o país procura manter a sua posição entre os principais produtores de petróleo do continente africano.

O entendimento resulta de negociações iniciadas em 2025 e tem como objectivo garantir maior estabilidade operacional e fiscal ao projecto, criando melhores condições para a continuidade das actividades de exploração e produção.

A expectativa é que o projecto continue a contribuir para a economia nacional, através da geração de receitas, criação de empregos e fortalecimento da indústria petrolífera do país.

Cabo Verde acolhe primeiro Web Summit em África

Em dezembro deste ano, Cabo Verde vai tornar-se o primeiro país africano a receber uma edição do *Web Summit*, um dos maiores eventos mundiais dedicados à tecnologia, inovação e empreendedorismo digital.

A iniciativa deverá reunir líderes empresariais, *startups*, investidores, especialistas em tecnologia e representantes de governos, promovendo a troca de experiências e a criação de novas oportunidades de negócio. O evento também servirá como espaço estratégico para discutir o futuro da transformação digital em África, com foco em conectividade, inteligência artificial e economia digital.

Com esta realização, Cabo Verde reforça a sua ambição de se afirmar como hub tecnológico regional, atraindo atenção internacional e potenciando parcerias estratégicas no sector digital. O *Web Summit* em solo africano representa, assim, um marco relevante para o posicionamento do continente no mapa global da inovação.

O NOVO ADN DA INOVAÇÃO: DA TECNOLOGIA AO VALOR DE MERCADO

Num momento em que o sistema financeiro global atravessa uma redefinição profunda, o sector bancário angolano enfrenta desafios muito concretos e estruturais. Entre os principais, destacam-se ainda limitada a inclusão financeira, a dependência de processos manuais e presenciais, bem como a morosidade na validação de operações e a necessidade crescente de reforço da segurança nas transacções.



Direcções de Marketing, Sistemas de Informação e de Banca e Transformação Digital do BAI, S.A.

Digitalize o
código QR e
obtenha mais
informações.



Para o consumidor, estas “dores” traduzem-se em experiências pouco fluidas, maior exposição ao risco operacional e custos indirectos associados ao tempo e à burocracia.

Simultaneamente, o sector enfrenta constrangimentos relevantes ao nível regulatório e tecnológico. A criação de novos produtos exige conformidade com requisitos rigorosos de segurança, identificação e rastreabilidade, enquanto se impõe a modernização das infraestruturas tecnológicas para suportar volumes

crescentes de transacções digitais. Este equilíbrio entre inovação, regulação e robustez operacional tem sido um dos maiores desafios na evolução da oferta bancária em Angola.

É neste contexto que a inovação no BAI deixa de ser apenas tecnológica para assumir um papel funcional e transformador. Mais do que introduzirmos novas ferramentas, trata-se de resolver problemas reais dos nossos clientes, reduzindo fricções e aumentando a confiança no sistema financeiro.

Um exemplo concreto desta evolução é a introdução da validação de operações bancárias por leitura biométrica, que surge como uma alternativa mais segura,

eficiente e sustentável face aos tradicionais mecanismos de validação por OTP (One Time Password) ou SMS. Para o cliente, isto traduz-se numa experiência mais simples e imediata, eliminando dependências de rede, atrasos na recepção de códigos e vulnerabilidades associadas à interceptação de mensagens. Para o banco, representa um reforço significativo da segurança, enquanto reduz custos operacionais e dependência de infraestruturas externas.

Complementarmente, a disponibilização de comprovativos digitais validados directamente no portal institucional substitui de forma eficaz o uso de papel, promovendo uma abordagem mais sustentável e alinhada com as melhores práticas ambientais.

“

No mercado, o sucesso deixa de ser medido apenas por indicadores financeiros tradicionais e passa a incorporar a capacidade de gerar impacto positivo e sustentável. Instituições que conseguem alinhar inovação, segurança e responsabilidade ambiental posicionam-se de forma mais competitiva e relevante.

”

Esta funcionalidade não só simplifica o acesso e partilha de informação, como garante autenticidade e rastreabilidade dos documentos, reduzindo riscos de fraude e aumentando a transparência nas operações.

Estes exemplos demonstram como a inovação, quando bem orientada, tem um impacto directo na reputação das instituições financeiras. Soluções que melhoram a experiência do cliente, reforçam a segurança e promovem práticas sustentáveis tendem a gerar maior confiança, fidelização e diferenciação no mercado. Tal como se observou com a implementação de serviços como o RUPE ou soluções de automatização



de pagamentos, o mercado valoriza cada vez mais ofertas que combinem conveniência, eficiência e fiabilidade.

Neste sentido, o conceito de “**o novo ADN da inovação: da tecnologia ao valor de mercado**” ganha particular relevância quando enquadrado no tema das finanças sustentáveis. A verdadeira inovação não reside apenas na tecnologia utilizada, mas na capacidade de gerar valor tangível para o cliente e para a sociedade. No caso das soluções digitais e biométricas, este valor manifesta-se na redução do consumo de recursos físicos, na diminuição da pegada ambiental e na promoção de comportamentos financeiros mais eficientes e responsáveis.

Ao facilitar o acesso a serviços bancários de forma digital, segura e desmaterializada, o sector contribui activamente para a inclusão financeira e para a construção de um sistema mais sustentável. Clientes que utilizam soluções digitais tendem a otimizar a sua gestão financeira, reduzir custos operacionais e adoptar práticas mais alinhadas com uma economia moderna e responsável.

Para o BAI, inovar neste contexto significa ir além da tecnologia e focar-se na criação de soluções que respondam às necessidades reais do mercado angolano. Significa transformar limitações

em oportunidades, utilizando a digitalização como alavanca para construir um sistema financeiro mais eficiente, inclusivo e sustentável.

Internamente, este novo ADN exige uma transformação cultural, onde a inovação é transversal a toda a organização. Equipas mais ágeis, orientadas a resultados e focadas na criação de valor são fundamentais para responder à velocidade das mudanças e às expectativas crescentes dos clientes.

No mercado, o sucesso deixa de ser medido apenas por indicadores financeiros tradicionais e passa a incorporar a capacidade de gerar impacto positivo e sustentável. Instituições que conseguem alinhar inovação, segurança e responsabilidade ambiental posicionam-se de forma mais competitiva e relevante.

Em suma, o futuro do sector bancário em Angola será definido pela capacidade de transformar inovação em soluções concretas que resolvam problemas reais, criem valor sustentável e reforcem a confiança dos clientes. A validação biométrica e a desmaterialização de processos são apenas alguns exemplos de como este caminho já está a ser trilhado.

Porque no novo ADN bancário, inovar não é apenas fazer diferente, é fazer melhor, com impacto, eficiência e uma visão clara de longo prazo. ●

O PODER DA TECNOLOGIA VERDE

A crescente pressão sobre os recursos naturais, aliada à intensificação dos impactos associados às alterações climáticas, tem vindo a reforçar a necessidade de transição para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Segundo a Agência Internacional de Energia, o sector energético é responsável por cerca de 73% das emissões globais de gases com efeito de estufa, o que evidencia a urgência de uma transformação estrutural neste domínio.

Digitalize o **código QR** e
obtenha mais informações.



A crescente pressão sobre os recursos naturais, aliada à intensificação dos impactos associados às alterações climáticas, tem vindo a reforçar a necessidade de transição para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Segundo a Agência Internacional de Energia, o sector energético é responsável por cerca de 73% das emissões globais de gases com efeito de estufa, o que evidencia a urgência de uma transformação estrutural neste domínio.

A tecnologia verde assume, assim, um papel central, afirmando-se como um dos principais motores da transição energética e da sustentabilidade ambiental. Também designada por tecnologia limpa, integra um conjunto de soluções orientadas para a redução do impacto ambiental, a optimização do uso de recursos e a promoção de práticas mais eficientes em diferentes sectores de actividade, incluindo energia, mobilidade, indústria e finanças.

Entre as suas principais aplicações destacam-se a produção de energia renovável, a digitalização de processos, a mobilidade sustentável, a gestão eficiente de recursos e o financiamento verde. Neste ecossistema de transformação, o sector financeiro desempenha um papel catalisador, desta-



Deina Barros, Directora de Marketing
do BAI Cabo Verde



Quiosque ATM Bairro Eugénio Lima

cando-se o Banco BAI Cabo Verde como um dos impulsionadores da transição energética no país, ao assumir uma posição pioneira no desenvolvimento de soluções sustentáveis para clientes e parceiros.

TECNOLOGIA COMO CATALISADOR DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E RESILIÊNCIA

A transformação do sector energético é um dos exemplos mais evidentes do impacto da tecnologia verde. A substituição gradual dos combustíveis fósseis por fontes renováveis, como a energia solar e eólica, tem sido impulsionada por avanços tecnológicos que aumentaram a eficiência e reduziram significativamente os custos.

De acordo com a Agência Internacional de Energia Renovável, o custo da energia solar fotovoltaica caiu mais de 80% na última década, tornando-se uma das fontes mais competitivas a nível global. Em paralelo, o desenvolvimento de sistemas de armazenamento e de redes eléctricas inteligentes (*smart grids*) tem reforçado a estabilidade e a flexibilidade dos sistemas energéticos.

“

Um exemplo concreto é o BAIDirecto, a plataforma de banca digital do banco, que permite realizar operações como transferências, pagamentos e consultas, sem necessidade de deslocação às agências.

”

Estas soluções permitem reduzir perdas, otimizar o consumo e integrar energias renováveis de forma mais eficiente. A utilização de análise de dados e inteligência artificial acrescenta uma nova dimensão, permitindo antecipar padrões de consumo e gerir a rede energética de forma mais dinâmica.

No sector financeiro, a incorporação crescente de critérios ESG tem vindo a acelerar esta transição. O Banco BAI Cabo Verde (BAICV) tem assumido um papel activo neste processo, integrando inovação tecnológica, digitalização e práticas sustentáveis na sua actividade.

Um exemplo concreto é o BAIDirecto, a plataforma de banca digital do banco, que permite realizar operações como transferências, pagamentos e consultas, sem necessidade de deslocação às agências. Esta solução contribui para a redução do consumo de papel e das deslocações físicas, com impacto directo na diminuição da pegada ambiental. Na mesma linha, integra-se a expansão da rede de caixas automáticas do BAICV (quiosques ATM) que responde directamente às necessidades da população, reduzindo deslocações e promovendo



Deina Barros, Directora de Marketing do BAI Cabo Verde

“

A introdução e dinamização de produtos como o Crédito BAI Energia Verde (2021) e o Crédito Mobilidade Eléctrica (2022) não se limitam a inovação comercial. Traduzem uma tentativa clara de alinhar o crédito bancário com a transformação estrutural da economia cabo-verdiana.

”

maior conveniência no acesso a serviços essenciais.

Em paralelo, a adopção de viaturas eléctricas e o alinhamento com a estratégia nacional de mobilidade sustentável reforçam o compromisso do banco com a redução das emissões de carbono. Estas iniciativas posicionam o BAICV não apenas como financiador da economia, mas como uma instituição que integra a sustentabilidade no seu modelo operativo.

CONTEXTO AFRICANO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

No contexto africano, a tecnologia verde assume particular relevância, tendo em conta os desafios estruturais relacionados com o acesso à energia e a elevada vulnerabilidade às alterações climáticas. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, cerca de 600 milhões de africanos ainda não têm acesso à electricidade, o que evidencia uma oportunidade significativa para soluções energéticas descentralizadas.

Sistemas solares *off-grid*, mini-redes e soluções híbridas têm vindo a desem-

penhar um papel determinante na electrificação de zonas rurais e isoladas. Estas tecnologias permitem não só aumentar o acesso à energia, como também impulsionar o desenvolvimento económico local, através do apoio a pequenas actividades produtivas.

Adicionalmente, África apresenta um elevado potencial para a produção de energia renovável, nomeadamente solar e eólica, reforçando o papel estratégico da tecnologia verde no desenvolvimento do continente.

CABO VERDE: UM LABORATÓRIO NATURAL PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

No caso de Cabo Verde, a aposta na sustentabilidade energética tem vindo a ganhar relevância, impulsionada pela elevada dependência de combustíveis fósseis importados e pela necessidade de reforçar a segurança energética. Neste contexto, o país tem consolidado a sua posição como referência regional na transição energética, evidenciando progressos consistentes na incorporação de energias renováveis na sua matriz eléctrica.

Segundo dados do Governo, têm sido definidas metas ambiciosas para aumentar a incorporação de energias renováveis, com o objectivo de reduzir custos e minimizar impactos ambientais. Esse esforço permitiu alcançar, antes do prazo, cerca de 30% de electricidade de origem renovável, situando-se actualmente entre 30% e 35%, impulsionada sobretudo pelas fontes eólica e solar.

Em sistemas insulares como Santiago e São Vicente, já foram registados picos superiores a 50%, demonstrando a viabilidade técnica de uma maior penetração de fontes limpas. Paralelamente, o elevado nível de acesso à electricidade reforça as bases para uma transição energética inclusiva.

Em termos prospectivos, o país mantém metas ambiciosas, apontando para mais de 50% de energias renováveis até 2030 e para um sistema eléctrico totalmente renovável até 2040. A implementação de parques eólicos e solares, bem como o investimento em sistemas de armazenamento, constitui um exemplo concreto da aplicação da tecnologia verde em contexto insular. ➡



Parque solar fotovoltaico, Cabo Verde

A transição energética em Cabo Verde deixou de ser apenas uma agenda pública ou uma meta ambiental para se tornar, cada vez mais, um espaço de actuação concreta do sector financeiro. Entre os actores que têm vindo a assumir esse papel de forma mais visível está o Banco BAI Cabo Verde, cuja trajetória recente evidencia uma mudança estrutural na forma como a banca se posiciona perante a sustentabilidade.

A passagem do Plano Estratégico e de Negócios 2017-2021 (PEN 17-21) para o novo ciclo 2022-2027 (PEN 22-27) marca mais do que uma continuidade estratégica. Representa, na prática, a consolidação de um modelo em que a sustentabilidade deixa de ser periférica para se tornar eixo central do negócio bancário. Num contexto em que muitas instituições financeiras ainda tratam a sustentabilidade como um elemento reputacional, o BAICV avançou para uma fase mais operacional da agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*).

A introdução e dinamização de produtos como o Crédito BAI Energia Verde (2021) e o Crédito Mobilidade Eléctrica (2022) não se limitam a inovação comercial. Traduzem uma tentativa clara de alinhar o crédito bancário com a transformação estrutural da economia cabo-verdiana. Os resultados ajudam a sustentar essa leitura: o crescimento de 96,45% no crédito para microprodução de energia verde e de 24,6% no crédito

“

A aposta em ferramentas digitais como o BAIDirecto, a melhoria da eficiência e a promoção da mobilidade sustentável ilustram uma abordagem que alia inovação tecnológica e responsabilidade ambiental.

”

para mobilidade eléctrica indica não apenas procura, mas também maturação de mercado num segmento que até há poucos anos era residual.

Mais do que financiar a transição, o BAICV passou também a integrá-la no seu próprio funcionamento. A insta-

lação de painéis fotovoltaicos no Edifício BAI Center, sede do Banco, é particularmente simbólica. Não se trata apenas de uma medida de eficiência energética. Trata-se de uma afirmação de coerência estratégica: um banco que financia energia limpa passa também a produzi-la, reduzindo em cerca de 20% o consumo energético do edifício e injectando excedentes na rede pública. Este tipo de decisão aproxima a banca de um papel que vai além do financiamento tradicional: o de actor directo na transformação da matriz energética.

Para além do sector energético, Cabo Verde tem vindo a apostar na digitalização de serviços, incluindo no sector financeiro, promovendo maior eficiência e inclusão. A conjugação entre inovação tecnológica e sustentabilidade posiciona o país como um exemplo relevante de adaptação às exigências globais.

DIGITALIZAÇÃO E REDUÇÃO DA PEGADA AMBIENTAL

A digitalização constitui um pilar fundamental da tecnologia verde. A adopção de soluções digitais permite reduzir o consumo de papel, minimizar deslocações e otimizar processos operacionais, com impactos ambientais mensuráveis. No sector financeiro, a digitalização dos serviços, incluindo pagamentos electrónicos, abertura de contas *online* e gestão remota, tem contribuído para uma redução significativa da utilização

de recursos físicos. De acordo com o Banco Mundial, a digitalização financeira desempenha um papel relevante na promoção da eficiência, inclusão e sustentabilidade.

Para além da redução da pegada ecológica, a digitalização melhora a transparência e o controlo das operações, permitindo às organizações monitorizar indicadores ESG e alinhar-se com padrões internacionais, como os definidos pela Organização das Nações Unidas.

Um exemplo concreto da aposta do Banco BAI Cabo Verde na digitalização e na redução da pegada ambiental é a implementação de *workflows* digitais nos processos de Compras e Pagamentos, iniciativa que permitiu uma diminuição expressiva do consumo de recursos. Entre agosto e dezembro de 2025, o consumo de *tonner* registou uma redução de 71%, acompanhando a significativa diminuição de impressões, enquanto o consumo de papel reduziu 16%, o equivalente a cerca de menos 18.500 folhas utilizadas.

Paralelamente, o Banco tem vindo a reforçar medidas complementares de eficiência energética em toda a sua rede. Destaca-se a substituição de lâmpadas convencionais por tecnologia LED nas agências e no edifício BAI Center, com potencial de redução do consumo de iluminação até 80%, bem como a instalação de sensores de movimento, que permitem otimizar o uso de energia através do desligamento automático da iluminação em espaços não ocupados.

Estas iniciativas evidenciam uma abordagem integrada, em que a digitalização e a eficiência operacional contribuem de forma concreta para a redução do impacto ambiental e para a promoção de práticas mais sustentáveis no sector financeiro.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL E CRIAÇÃO DE VALOR

A tecnologia verde contribui para a melhoria da eficiência operacional,



Frota veículos eléctricos BAICV

através da automação de processos e da utilização de sistemas inteligentes. Edifícios equipados com sensores e sistemas de gestão energética permitem ajustar automaticamente o consumo, reduzindo custos e emissões.

No domínio da mobilidade, a adopção de veículos eléctricos e soluções de transporte partilhado contribui para a redução da dependência de combustíveis fósseis e para a melhoria da qualidade ambiental. Segundo a Comissão Europeia, a mobilidade sustentável é um dos pilares da descarbonização das economias.

Neste domínio, o BAICV afirma-se como uma referência no mercado cabo-verdiano, através da disponibilização do Crédito BAI Mobilidade Eléctrica, que viabiliza a aquisição de veículos eléctricos e a instalação de infraestruturas de carregamento por parte dos seus clientes.

Paralelamente, o próprio Banco tem vindo a consolidar o seu compromisso com a sustentabilidade, contando já com uma frota automóvel composta em 50% por viaturas eléctricas. Esta abordagem evidencia, de forma consistente, a confiança do BAICV em soluções de mobilidade sustentável, assumindo um papel activo na sua promoção e adopção no mercado nacional.

A eficiência gerada por estas soluções traduz-se na criação de valor, não só pela redução de custos, mas também pela

valorização da imagem institucional junto de clientes, investidores e parceiros.

UM COMPROMISSO COM O FUTURO

A tecnologia verde consolidou-se como um eixo estratégico de transformação, com impacto directo na forma como as instituições financeiras operam e contribuem para o desenvolvimento económico.

No caso do Banco BAI Cabo Verde, este compromisso reflecte-se na integração progressiva da sustentabilidade na sua actividade, através da digitalização, da eficiência operacional e da adopção de práticas orientadas para a redução do impacto ambiental.

A aposta em ferramentas digitais como o BAIDirecto, a melhoria da eficiência e a promoção da mobilidade sustentável ilustram uma abordagem que alia inovação tecnológica e responsabilidade ambiental.

Mais do que uma orientação estratégica, esta evolução traduz uma adaptação às exigências do sector financeiro, onde os critérios ESG, com foco no pilar ambiental, assumem um papel crescente na criação de valor. Desta forma, o BAICV reforça o seu posicionamento como uma instituição preparada para responder aos desafios do futuro, contribuindo activamente para uma economia mais eficiente, resiliente e sustentável em Cabo Verde. ●

TAN: 16% | TAEG: 18,11%

Prazo: 12 meses; Juros de mora: 2%

A TAEG é calculada com base numa TAN de 16%,
considerando um montante de crédito utilizado de CVE 500.000

Cartão KATXUPA,
muito mais que um cartão.
O cartão de crédito de uso nacional, que nos une.



Depósito a Prazo Novos Clientes

2,60% TANB | 6 meses

Montantes mínimos: 2.500€ para particulares | 5.000€ para empresas
Montantes máximos: 100.000€ para particulares e empresas

- ✓ Isenção da Comissão de Manutenção de Conta ao subscrever e manter um Depósito a Prazo
- ✓ Sem renovação ou mobilização antecipada
- ✓ Constituição até 3 meses após a abertura de conta por Novo Cliente

Informe-se no Banco BAI Europa, S.A.:

- (+351) 213 513 750 (dias úteis das 8h30 às 17h30)
- clientes.particulares@baieuropa.pt
- www.bancobaieuropa.pt

Disponível para novos clientes particulares e empresas titulares de conta de depósito à ordem do BAIE, até 3 meses após abertura de conta.

Os produtos e serviços estão sujeitos ao preçário em vigor. Instituição de Crédito registada no Banco de Portugal com o N° 8.





Texto: **Zembo Macedo**,
Administrador Executivo da
Pay4all
Fotos: BAI e Zwela

“
Num ambiente global marcado por transformação tecnológica acelerada e crescente exigência regulatória, as empresas são chamadas a repensar a forma como operam.”

O FUTURO SUSTENTÁVEL DOS NEGÓCIOS EM ANGOLA: TECNOLOGIA, INCLUSÃO FINANCEIRA E NOVOS MODELOS ECONÓMICOS

A sustentabilidade dos negócios deixou de estar associada exclusivamente à dimensão ambiental. Hoje, afirma-se como um pilar estratégico que integra eficiência económica, inclusão social e inovação tecnológica. Em mercados emergentes como Angola, onde persistem desafios estruturais como a elevada informalidade, baixa digitalização e os níveis ainda reduzidos de inclusão financeira, esta abordagem assume particular relevância.

Digitalize o código QR e obtenha mais informações.



Neste contexto, os sistemas de pagamentos digitais e as soluções de dinheiro electrónico têm-se vindo a afirmar como instrumentos concretos de transformação. Para além de aumentarem a eficiência operacional, contribuem para a formalização da economia, promovem o acesso a serviços financeiros e criam novas oportunidades para indivíduos e empresas.

A Pay4all posiciona-se neste ecossistema como um agente activo dessa mudança. Através de soluções como o é-Kwanza, orientado para a inclusão financeira, o é+, focado na digitalização de negócios, e soluções de suporte ao sector financeiro, a Pay4all demonstra que a inovação, quando alinhada com necessidades reais, pode gerar impacto económico e social duradouro, traduzido em crescimento efectivo de utilizadores, volume transaccionado e dinamização da economia digital.

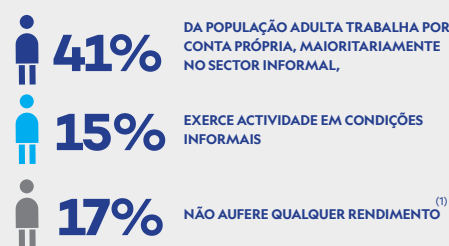
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: UM NOVO PARADIGMA

O conceito de sustentabilidade empresarial

tem vindo a evoluir de forma significativa. Mais do que responder a tendências ou cumprir requisitos, trata-se hoje de integrar práticas sustentáveis no próprio modelo de criação de valor. Num ambiente global marcado por transformação tecnológica acelerada e crescente exigência regulatória, as empresas são chamadas a repensar a forma como operam.

Em Angola, este desafio assume contornos específicos, atendendo ao peso do sector informal e à estrutura do mercado de trabalho.

DE ACORDO COM O FINScope ANGOLA 2022, CERCA DE



Esta realidade evidencia a necessidade de soluções financeiras adaptadas a perfis de rendimento irregulares e a modelos de negócio de pequena escala.

Neste enquadramento, a sustentabilidade passa, inevitavelmente, por quatro dimensões

interligadas: a formalização da actividade económica, a inclusão financeira, a digitalização de processos e a redução da dependência de numerário. Não se trata de objectivos isolados, mas de dimensões que se reforçam mutuamente e sustentam um crescimento mais sólido e resiliente.

INCLUSÃO FINANCEIRA COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A inclusão financeira continua a ser um dos factores mais determinantes para o desenvolvimento económico e social. O acesso a serviços financeiros básicos permite às populações gerir melhor os seus rendimentos, investir em actividades produtivas e enfrentar períodos de instabilidade com maior segurança.

Em Angola, os níveis de inclusão financeira ainda revelam desafios significativos.

DADOS DO FINScope 2022 DIZEM-NOS QUE CERCA DE



Evidenciando um espaço relevante para a expansão de soluções mais acessíveis e adaptadas à realidade local. Este enquadramento está alinhado com as orientações estratégicas definidas ao nível nacional, que estabelecem como meta atingir uma taxa de inclusão financeira de 65% até 2027, reforçando o papel da digitalização e dos pagamentos electrónicos como instrumentos centrais para alargar o acesso a serviços financeiros no país. ⁽²⁾

Neste contexto, as soluções de dinheiro electrónico assumem um papel determinante. A carteira digital é-Kwanza surge como uma resposta concreta a estas limitações, permitindo o acesso simplificado a serviços financeiros através de qualquer telemóvel, analógico ou digital, incluindo o canal USSD, sem necessidade de conta bancária tradicional.



Mais do que um instrumento financeiro, trata-se de uma ferramenta de inclusão. Ao facilitar o acesso a serviços essenciais, contribui para reduzir assimetrias e dinamizar a economia em segmentos onde o acesso permanece mais limitado. Neste contexto, a estratégia de proximidade adoptada pela Pay4all assume um papel determinante, através de uma rede de agentes e pontos de atendimento físicos integrados directamente nos principais mercados informais. Exemplos como os mercados do KM30, do Kikolo, e Quissala no Huambo, que já representam volumes transaccionais bastante relevantes, demonstram o impacto desta abordagem, permitindo chegar a populações que, de outra forma, permaneceriam afastadas do sistema financeiro formal.

DIGITALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS E FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA

A transição do numerário para os pagamentos digitais tem-se afirmado como um dos principais motores de modernização económica. Apesar de alguns avanços, o nível de utilização de soluções digitais permanece ainda limitado. Em 2022, cerca de 36% dos adultos dispunham de uma conta ou plataforma transaccional, enquanto a utilização de soluções de *mobile money* permanecia reduzida.^[1] Este contraste evidencia não só a diversidade de meios de pagamento disponíveis, como também o potencial de crescimento de soluções digitais mais acessíveis e adaptadas ao contexto do mercado.

A digitalização dos pagamentos permite ultrapassar limitações associadas ao uso intensivo de numerário, nomeadamente ao nível da segurança, controlo e eficiência, criando simultaneamente condições para uma melhor integração dos agentes económicos no sistema formal.

Neste domínio, soluções como o é+, desenvolvidas pela Pay4all, assumem um papel central ao disponibilizarem aos comerciantes e empreendedores uma forma simples e acessível de aceitar pagamentos digitais. ➡



A solução integra diferentes métodos de cobrança, incluindo é-Kwanza, Multi-caixa *Express* e Referências Bancárias, e incorporará em breve já o serviço KWIK, permitindo a interoperabilidade entre carteiras digitais e instituições bancárias e garantindo maior fluidez no ecossistema de pagamentos. Ao reduzir barreiras de entrada, simplificar processos de adesão e permitir uma rápida implementação, o é+ facilita a monetização de serviços e a escalabilidade de negócios digitais. Para muitos pequenos negócios, trata-se de um primeiro passo, discreto, mas determinante, no caminho da formalização e do crescimento sustentado.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AO SERVIÇO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A inovação, no contexto empresarial, não se limita ao desenvolvimento de novos produtos. Passa também pela capacidade de otimizar processos e encontrar soluções mais eficientes para desafios operacionais cada vez mais exigentes.

No sector financeiro, a crescente complexidade regulatória e a necessidade

de transformação digital têm levado muitas instituições a recorrer a serviços especializados de suporte. A externalização de determinadas funções permite reduzir custos, aumentar flexibilidade e concentrar recursos nas actividades estratégicas.

A Pay4all tem vindo a afirmar-se como parceiro neste domínio, através de soluções de suporte bancário e desenvolvimento de projectos “chave na mão”, ajustados às necessidades do sector. Estas iniciativas permitem acelerar processos de modernização, reforçar a eficiência operacional e assegurar conformidade com os requisitos regulamentares.

Neste sentido, a inovação assume uma dimensão prática: tornar as organizações mais ágeis, mais eficientes e mais preparadas para responder às exigências do mercado.

O PAPEL DA TECNOLOGIA NA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

A sustentabilidade não se esgota na dimensão económica. Integra também uma componente social incontornável, onde a tecnologia pode desempenhar um papel determinante.

Quando aplicada de forma inclusiva, a inovação digital contribui para reduzir desigualdades e criar novas oportunidades. As soluções de *mobile money* são um exemplo claro desse impacto, ao facilitarem o acesso a serviços financeiros e apoiarem o desenvolvimento de pequenas actividades económicas.

O FinScope Angola 2022 indica que cerca de 72% dos adultos têm acesso a um telemóvel, o que constitui uma base estrutural favorável à expansão de soluções digitais.^[1] Ainda assim, a reduzida utilização de pagamentos móveis demonstra que o desafio não é apenas tecnológico, mas também de adopção, literacia financeira e adequação das soluções às necessidades do utilizador.

No caso do é-Kwanza, este desafio é abordado através de uma estratégia de proximidade, assente numa rede de agentes e pontos de atendimento físicos, permitindo conjugar tecnologia com presença no terreno e reforçar a confiança dos utilizadores. A evolução recente demonstra o impacto desta abordagem, com um crescimento consistente no número de utilizadores activos, volume transaccionado e adopção de

“

A digitalização dos pagamentos e o alargamento do acesso a serviços financeiros não são apenas tendências, são factores estruturais de transformação. Quando bem implementadas, estas soluções contribuem para uma economia mais transparente, mais inclusiva e mais resiliente.”

serviços digitais. A integração com o KWiK veio reforçar esta dinâmica, permitindo maior fluidez nas transferências e contribuindo para o aumento da utilização das carteiras digitais em diferentes contextos do dia-a-dia, como acontece com o é-Kwanza.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar dos progressos registados, o desenvolvimento de um ecossistema digital sustentável continua a enfrentar desafios relevantes. A literacia financeira, a adopção tecnológica e as condições de acesso permanecem factores críticos.

Entre as principais barreiras à inclusão financeira, destaca-se a instabilidade dos rendimentos, apontada pela maioria da população não bancarizada, a par de limitações ao nível da literacia financeira e de factores associados ao acesso e utilização de serviços financeiros formais.^[1]

Ainda assim, as perspectivas são bastante positivas. A elevada penetração de telemóveis, aliada a um contexto de crescente digitalização e ao enquadramento estratégico definido pelas autoridades, cria condições favoráveis à expansão de soluções inovadoras.

A evolução para serviços mais avançados, como microcrédito, cartões pré-pagos e integração com plataformas digitais, actualmente em desenvolvimento pela Pay4all, representa o próximo passo

na consolidação deste ecossistema e no reforço da proposta de valor junto dos utilizadores.

CONCLUSÃO

O futuro sustentável dos negócios em Angola será construído na intersecção entre inovação tecnológica, inclusão económica e eficiência operacional.

A digitalização dos pagamentos e o alargamento do acesso a serviços financeiros não são apenas tendências, são factores estruturais de transformação. Quando bem implementadas, estas soluções contribuem para uma economia mais transparente, mais inclusiva e mais resiliente. A evidência empírica demonstra que o mercado angolano reúne condições únicas para esta evolução: uma base alargada de utilizadores de telemóvel, uma elevada informalidade económica e um significativo défice de inclusão financeira.

Neste contexto, soluções adaptadas à realidade local, como as desenvolvidas pela Pay4all, assumem um papel determinante na construção de um modelo económico mais equilibrado, inclusivo e sustentável. A crescente adopção de soluções como o é-Kwanza e o é+, a interoperabilidade entre instituições financeiras bancárias e não bancárias, através do KWiK, aliada e promotora do aumento do volume de transacções e à expansão da base de utilizadores, evidencia o seu contributo efectivo para

a inclusão financeira e para a dinamização da economia digital em Angola.

Mais do que uma opção estratégica, a sustentabilidade tornou-se uma condição essencial para o crescimento. As organizações que souberem integrar este princípio no seu modelo de negócio estarão mais bem posicionadas para enfrentar os desafios futuros e contribuir para um desenvolvimento económico mais duradouro. ●



I^a CONFERÊNCIA PRISMA ECONÓMICO: AS PRIORIDADES DAS FINANÇAS SUSTENTÁVEIS EM ANGOLA

O GRUPO BAI PROMOVEU, EM MARÇO, NA SALA MULTIFUNÇÕES DA ACADEMIA BAI, EM LUANDA, A 1.^a CONFERÊNCIA PRISMA ECONÓMICO, DEDICADA AO TEMA FINANÇAS SUSTENTÁVEIS.

UM MARCO NA PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO
ECONÓMICO-FINANCEIRO COM UMA ABORDAGEM AO ESG

Texto: **BAI e Zwela** | Fotos: **BAI e Zwela**

Digitalize o **código QR** e obtenha mais informações.



A conferência centrou-se na abordagem dos princípios de Ambiental, Social e Governança (ESG), sigla inglesa, estruturando-se em momentos institucionais iniciais — designadamente o discurso de abertura, a apresentação da 1.^a Conferência Prisma Económico — seguidos de uma apresentação geral do conceito de ESG e de três painéis temáticos, correspondentes a cada um dos seus pilares:

• **Pilar Ambiental (E)** — Transição

energética, risco climático e produtos “verdes”;

• **Pilar Social (S)** — Inclusão financeira, educação e impacto comunitário;

• **Pilar de Governança (G)** — Regulação, *compliance* e inovação em mercados regulados.

PRESENCAS INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO

O evento, que acolheu uma grande moldura humana, foi prestigiado com a presença dos Presidentes das Comissões Executivas das empresas do Grupo BAI, nomeadamente ÁUREA, Pay4all, NOSSA Seguros, S.A., Academia BAI e Banco BAI, S.A., bem como da Presidente do

Conselho de Administração (PCA) da Fundação BAI. A participação internacional foi assegurada pelas representações do BAI Cabo Verde e do BAI Europa, por via de intervenções remotas.

Registou-se, igualmente, a presença de diversas entidades relevantes, com destaque para representantes da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), da Associação Angolana de Bancos (ABANC), bem como de outras instituições do sector financeiro, académico, empresarial, estudantes da Academia BAI, do Instituto Superior de Administração e Finanças (ISAF) e convidados.

DISCURSO DA PCA DA ACADEMIA BAI

Na sessão de abertura da 1.ª Conferência Prisma Económico-Finanças Sustentáveis, realizada a 6 de março deste ano, na Academia BAI, a Presidente do Conselho de Administração (PCA) da instituição, Noelma de Abreu, durante o seu discurso, sublinhou que esta iniciativa constitui um passo decisivo para a consolidação do compromisso do Grupo BAI com a literacia financeira, a inovação e o desenvolvimento sustentável.

A responsável afirmou que a realização da conferência na Academia BAI constituía mais do que um simples evento, pois representava a confirmação de que a instituição se afirma como um espaço permanente de diálogo, reflexão e partilha, onde se procura compreender, de forma integrada, os desafios e as oportunidades que moldam o mundo. Acrescentou que este é também um espaço de análise do futuro económico, não apenas de Angola, mas da economia global na qual o país se insere.

Referiu ainda que a Academia BAI se assume como uma academia de vida e recordou que, há cerca de dois anos, a Administradora do BAI, S.A., Ana Regina Victor, lhe apresentou a ideia da criação de uma iniciativa que reunisse o Grupo em torno de um projecto colectivo, agregador e com este formato, sublinhando que o momento actual representa a concretização dessa visão.

A dirigente destacou que, decorrido este período, foi possível materializar o propósito de comunicar com valor enquanto grupo financeiro, com foco no sector financeiro, mas com uma actuação que o ultrapassa, nomea-



damente através da aposta na educação e do contributo para garantir oportunidades de futuro a quem mais necessita.

ESG NO CENTRO DO DEBATE

Noelma de Abreu sublinhou ainda que, na edição inaugural da conferência, o tema das finanças sustentáveis foi colocado no centro do debate e é orientado pela integração dos critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ESG), sigla inglesa, que considerou pilares fundamentais para a competitividade, resiliência e responsabilidade das instituições financeiras, num contexto cada vez mais exigente e regulado. Observou também que o actual cenário exige um compromisso colectivo, num momento em que o mundo observa com crescente atenção.

A PCA da Academia BAI enfatizou que, num contexto global marcado por rápidas transformações tecnológicas, exigências regulatórias crescentes e expectativas sociais elevadas, o desenvolvimento económico só se revela sólido quando integra práticas sustentáveis e gera impacto positivo e duradouro.

A dirigente reiterou que, com a realização da conferência, o Grupo BAI reforça o seu compromisso de contribuir activamente para este caminho, o qual exige conhecimento, visão estratégica, capacidade de inovação e determinação.

PRISMA ECONÓMICO COMO PLATAFORMA DE CONHECIMENTO

Noelma de Abreu salientou igualmente que a iniciativa surge associada à revista Prisma Económico, apresentada como uma plataforma editorial destinada a democratizar o conhecimento financeiro, aproximar temas complexos, evidenciar as suas interligações, interdependências e incentivar decisões mais informadas e responsáveis.



Noelma de Abreu, PCA da Academia BAI

“

A dirigente reiterou que, com a realização da conferência, o Grupo BAI reforça o seu compromisso de contribuir activamente para este caminho, o qual exige conhecimento, visão estratégica, capacidade de inovação e determinação.

”

Expressou agradecimento e dirigiu um reconhecimento especial a todos os que contribuíram para a concretização da iniciativa, com destaque para o papel das equipas que trabalham nos bastidores e cujo contributo foi essencial para a realização do evento.

Endereçou também agradecimentos aos representantes do sector financeiro, às entidades reguladoras, aos académicos, aos empreendedores, às organizações sociais e aos parceiros internacionais pela disponibilidade

para participar e partilhar conhecimento e experiência.

A PCA da Academia BAI reconheceu ainda o empenho das equipas do Conselho Editorial da revista Prisma Económico, bem como de todos os parceiros envolvidos na organização da conferência. Por fim, incentivou o público em geral a aproveitar em cada painel do ESG, intervenção e momento da conferência como oportunidades de aprendizagem, partilha e construção de ligações futuras. ➤

CONSELHO EDITORIAL APRESENTA REVISTA PRISMA ECONÓMICO

A Presidente do Conselho de Administração da ÁUREA SDVM, S.A., Ana Regina Victor, apresentou a edição inaugural da revista do Grupo BAI durante a 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, realizada a 6 de março, na Academia BAI, em Luanda.

Na sua intervenção, afirmou tratar-se de um projecto que lhe suscita grande orgulho, sublinhando que a ideia surgiu no seio de uma das empresas do Grupo e que se encontra agora concretizada. Referiu ainda que a Presidente do Conselho de Administração da Academia BAI, Noelma de Abreu, foi uma das primeiras pessoas com quem partilhou esta visão, e que o momento actual representa a materialização desse percurso e motivo de particular satisfação.

A responsável, também membro do Conselho Editorial da Revista Prisma Económico, sublinhou que existem momentos na vida das instituições em que são dados passos que ultrapassam a dimensão estratégica, assumem também um carácter simbólico, por marcarem o presente e projectarem o futuro, acrescentando que a ocasião assinala precisamente um desses momentos.

Ana Regina Victor reforçou que, na actualidade, a informação não só molda as escolhas, como também define as trajetórias das sociedades e determina a sua capacidade de atrair investimento e promover o progresso. Nesse sentido, considerou que a construção do futuro exige cidadãos bem informados, decisões conscientes e acesso contínuo a conhecimento de qualidade.

A dirigente referiu que é neste contexto que o Grupo BAI assume o compromisso de tornar a economia mais clara, próxima e acessível, tanto a nível nacional como global, num cenário marcado por rápidas transformações económicas.



ÁUREA, SDVM

Acrescentou que a compreensão destes fenómenos deixou de ser uma opção, passando a constituir um requisito essencial para o desenvolvimento sustentável, para o exercício pleno da cidadania e para o fortalecimento das instituições.

UMA PLATAFORMA MULTIMÉDIA AO SERVIÇO DA LITERACIA FINANCEIRA

A responsável enquadrou, assim, o surgimento da revista Prisma Económico como uma iniciativa multimédia do Grupo BAI, vocacionada para garantir informação económico-financeira rigorosa, acessível e relevante. Salientou ainda que a publicação se afirma como instrumento de promoção da literacia financeira e como plataforma de aproximação aos temas centrais do sistema financeiro, dos mercados e da inovação.

Ana Regina Victor explicou que a revista foi criada para responder aos novos hábitos de consumo de informação, com forte presença digital, e integra conteúdos produzidos pelas várias empresas do Grupo, incluindo o Banco BAI S.A., o BAI Cabo Verde, o Banco BAI Europa, a Pay4all, a ÁUREA – SDVM, S.A., a NOSSA Seguros, S.A., a Academia BAI, a Fundação BAI, entre outras.

ÁREAS TEMÁTICAS E RIGOR EDITORIAL

Acrescentou que a publicação disponibiliza análises, entrevistas e artigos especializados em áreas como a literacia e inclusão financeira, o sistema financeiro e segurador, os meios de pagamento, o mercado de capitais, a inovação e transformação digital, bem como a sustentabilidade e o desenvolvimento. Sublinhou que todos os conteúdos obedecem ao rigor editorial e apresentam uma linguagem clara, objectiva e acessível.



A PCA da ÁUREA SDVM, S.A., indicou que o propósito da revista consiste em traduzir conceitos complexos em conhecimento útil para o quotidiano das famílias, das empresas e dos decisores, contribuindo assim para decisões financeiras mais informadas e para o reforço da cultura, do planeamento e da responsabilidade.

Concluiu que a revista Prisma Económico se afirma, por isso, como mais do que uma publicação, representando um compromisso com o conhecimento, a inclusão e o desenvolvimento de Angola.

AGRADECIMENTO E ALINHAMENTO COM VALORES

Em nome do Conselho de Administração do Banco BAI, S.A. e das empresas do Grupo, Ana Regina Victor expressou agradecimento pela presença de todos na 1.ª Conferência Prisma Económico-Finanças Sustentáveis, sublinhando que o evento simboliza o alinhamento com os valores que sustentam a criação da revista: o rigor, a transparência, a inclusão e a visão de futuro.

O FUTURO DA BANCA EM ANGOLA

O Presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC) conduziu a apresentação do enquadramento geral do ESG (Ambiental, Social e de Governação) e destacou o futuro da banca em Angola, no âmbito da 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, realizada em março do ano em curso, na Academia BAI, em março de 2026. Mário Nascimento iniciou a sua intervenção por expressar agradecimento à Academia BAI pelo convite e felicitou o Banco BAI, S.A., pela emissão do seu relatório de sustentabilidade.

CONCEITO E RELEVÂNCIA DO ESG

O especialista esclareceu que o ESG não se confunde com filantropia ou *marketing* verde, constituindo uma evolução na gestão do risco financeiro e um sistema estruturado de gestão de riscos e criação de valor económico a longo prazo. Explicou que, durante décadas, os bancos analisaram apenas riscos tradicionais crédito, mercado, taxa de juro, operacional e liquidez – e que hoje os riscos ambientais, sociais e de governação exercem impacto financeiro directo. Identificou riscos específicos, como risco climático, reputacional, de transição energética, social e de governação, exemplificando que um desastre ambiental pode destruir activos, problemas laborais interrompem cadeias produtivas e falhas de governação destroem valor accionista. O profissional sublinhou que o ESG passou a integrar a estabilidade financeira das instituições e, consequentemente, a estabilidade sistémica, ao incorporar sistemas de risco na gestão empresarial e financeira e ampliar o perímetro prudencial.

ORIGEM ACADÉMICA E INSTITUCIONAL

Mário Nascimento explicou que o ESG tem origem académica e institucional, ligada ao desenvolvimento do capitalismo. Mencionou como marco inicial o relatório das Nações Unidas “Who Cares Wins” de 2004, elaborado por grandes instituições financeiras, bancos, seguradoras e



Mário Nascimento, Presidente da ABANC

gestores de activos, que concluiu que empresas que gerem riscos ambientais, sociais e de governação tendem a ter melhor desempenho financeiro a longo prazo. Referiu também que, em 2006, surgiram os Princípios do Investimento Responsável, apoiados pelas Nações Unidas, transformando a sustentabilidade num factor de valor financeiro e não apenas num imperativo ético. Após a crise financeira de 2008, o sistema financeiro reconheceu a importância de integrar os factores ESG na análise de risco, passando o ESG a constituir uma questão de materialidade financeira.

RAZÕES PARA RELEVÂNCIA DO ESG

O profissional da matéria apresentou cinco razões que justificam a relevância do ESG:

- 1. Mudanças climáticas** e eventos climáticos extremos com impacto financeiro;
- 2. Escândalos corporativos** que evidenciam falhas de governação;
- 3. Crise financeira de 2008** que revelou riscos sistémicos;
- 4. Protecção de investidores** institucionais de longo prazo;
- 5. Reconhecimento** de que os riscos à sustentabilidade são riscos financeiros.

LINHA TEMPORAL DO ESG

O especialista descreveu a linha temporal do ESG em quatro fases:

- 1.Fase fundacional (2004-2006)** – Relatório da ONU e Princípios do Investimento Responsável;
- 2.Fase de consolidação** – Acordos de Paris e Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- 3.Fase de regulamentação financeira** – Taxonomia verde e planos de finanças sustentáveis da União Europeia;
- 4.Fase actual (2020-presente)** – Testes climáticos e instrumentos de reporte do Banco Central.

CRESCIMENTO E IMPACTO FINANCEIRO

O especialista destacou que, desde 2005, o ESG evoluiu de um investimento de cerca de cinco trilhões de dólares para mais de trinta trilhões em 2022, estiman-

do-se cinquenta trilhões em 2025, sustentado por fundos de pensões, gestores de activos e investidores institucionais. Referiu que os bancos desempenham papel central no ESG, pois decidem a alocação de capital, influenciam a transição energética, o desenvolvimento social e a governação corporativa.

Em Angola, o Banco Nacional de Angola assume função essencial como autoridade prudencial, emitindo cartas circulares que orientam os bancos sobre integração de riscos ESG, gestão de risco e reporte. Explicou ainda que a regulamentação é progressiva e proporcional, ajustada à realidade do país, e alertou para o risco de *greenwashing*, enfatizando que o ESG deve ser avaliado no contexto da jurisdição, não apenas das instituições.

OS TRÊS PILARES DO ESG

Mário Nascimento destacou os três pilares do ESG:

- **Ambiental (E):** risco climático, energias renováveis, financiamento verde, gestão da pegada de carbono;
- **Social (S):** inclusão financeira, equidade de género, direitos humanos, apoio a micro, pequenas e médias empresas, desenvolvimento comunitário;
- **Governança (G):** supervisão do Conselho de Administração, compliance, gestão de conflitos de interesse, Código de Conduta, controlo interno e transparência.

Sublinhou que os três pilares são interdependentes e que uma má governação eleva os riscos, mesmo que a empresa seja ambientalmente responsável. Destacou também a necessidade de métricas claras e indicadores de sustentabilidade, incluindo KPIs ambientais, metas ODS prioritárias, monitorização da emissão de carbono, diversidade na liderança e qualidade da governação, com responsabilidade atribuída aos órgãos da administração.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO ESG

O profissional identificou desafios como

a criação de dados ESG estruturados, capacitação técnica e integração do ESG no *pricing* do crédito. Destacou oportunidades, como acesso a financiamento multilateral, diferenciação competitiva, atração de investimento ESG, preparação para equivalência regulatória e reforço reputacional do sistema financeiro angolano.

No entanto, concluiu que o ESG deixou de ser opcional, assumindo carácter regulatório e estratégico. Fez saber ainda que as instituições que anteciparem e implementarem o ESG terão vantagens comparativas, incluindo melhor acesso ao capital, menor risco reputacional, maior resiliência, captação de capital internacional, desenvolvimento de produtos verdes e financiamento da transição energética. Afirmou ainda que a sustentabilidade não é um custo, mas gestão moderna de riscos, acesso ao capital e criação de valor económico.

RECORDAÇÕES E FUTURO DO ESG EM ANGOLA

O especialista recordou que, há dois anos, participou num evento sobre sustentabilidade, organizado pela Academia BAI, em que se discutia se Angola possuía sustentabilidade no sector bancário. Na altura, afirmou que não existia sustentabilidade, dado que muitos bancos apresentavam políticas de responsabilidade social como se fossem critérios de sustentabilidade. Acrescentou ainda que o banco e o sistema financeiro deram passos importantes, assinalando que a sustentabilidade se tornaria um tema central nas instituições nos próximos anos, com importância equivalente a matérias como os princípios prudenciais e o *compliance*. “E nós vimos isso expresso nas cartas circulares que o Banco Nacional de Angola fez emitir, a primeira sobre os princípios que foram emitidos em maio de 2025 e as duas últimas em dezembro sobre os princípios dois e três”, concluiu. ➡

GIZA MARTINS ABRE PAINEL AMBIENTAL NA 1.ª CONFERÊNCIA PRISMA ECONÓMICO

Durante a realização da 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, que decorreu a 6 de março de 2026, na Academia BAI, em Luanda, o director regional da empresa Sun África, destacou-se no evento com a abertura do painel dedicado ao pilar Ambiental (E) do ESG – Ambiental, Social e de Governação.

ESG E PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Giza Gaspar Martins referiu que o tema se encontra intimamente ligado ao seu interesse pessoal e percurso profissional. Explicou que o ESG assenta num conjunto de princípios do desenvolvimento sustentável, com destaque para a responsabilidade alargada do produtor e o princípio da precaução.

O dirigente esclareceu que as instituições financeiras, ao desempenharem funções de intermediação na cadeia de produção de bens e serviços, assumem uma responsabilidade comparável à do produtor. O princípio da precaução impõe, segundo ele, uma postura preventiva, com integração destes princípios nas práticas, nos processos e na cultura organizacional.

PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA SUSTENTABILIDADE

Giza Martins sublinhou ainda que as instituições financeiras e bancárias exercem uma influência relevante sobre a sociedade e a economia. Nesse sentido, defendeu que estas entidades têm a responsabilidade e a oportunidade de promover boas práticas sociais e económicas, incentivar a sustentabilidade, mitigar riscos e contribuir para a internalização das externalidades positivas.

Giza Martins, director regional da empresa Sun África

PRINCIPAIS DESAFIOS AMBIENTAIS GLOBAIS

No que respeita às grandes crises ambientais, destacou três áreas prioritárias: alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

As alterações climáticas constituem, segundo referiu, um risco que ultrapassa a questão das emissões de gases com efeito de estufa, com impacto directo em sectores como a agricultura, devido à alteração dos padrões climáticos, exigindo uma abordagem de gestão de risco adaptativa.

Relativamente à biodiversidade, salientou o seu papel essencial na estabilidade dos ecossistemas e na eficiência das economias, referindo o exemplo da polinização das abelhas e o seu impacto na produtividade agrícola. Quanto à poluição, chamou a atenção para a poluição plástica e para os poluentes orgânicos persistentes, como o mercúrio utilizado na extracção de ouro em Angola, que contaminam águas subterrâneas e entram na cadeia alimentar, representando riscos relevantes para instituições financeiras expostas à cadeia de valor.

IMPLEMENTAÇÃO DO PILAR AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES

O director regional da Sun África fez saber que a aplicação do pilar Ambiental deve ocorrer tanto no plano interno, através das práticas e processos das instituições, como no plano externo, promovendo valores de sustentabilidade na sociedade.

REGULAÇÃO, MÉTRICAS E CRIAÇÃO DE VALOR SUSTENTÁVEL

Com base nisso, explicou ainda que, apesar das orientações regulatórias variarem entre países e da existência de diferentes níveis de exigência por parte dos investidores, as métricas de sustentabilidade devem resultar da visão, dos valores e das políticas de responsabilidade social de cada



Giza Martins, Director Regional da Sun África

“

Giza Martins defendeu que instituições como o Banco BAI devem ir além do cumprimento formal das exigências, criar valor com propósito e promover boas práticas de ética, integridade e inovação, integrando a experiência do cliente numa abordagem orientada para a sustentabilidade.

”

instituição, independentemente do enquadramento regulatório local.

Giza Martins defendeu que instituições como o Banco BAI devem ir além do cumprimento formal das exigências, criar valor com propósito e promover boas práticas de ética, integridade e

inovação, integrando a experiência do cliente numa abordagem orientada para a sustentabilidade.

Por fim, agradeceu ao Banco BAI S.A., pelo convite para conduzir o painel dedicado ao pilar Ambiental (E) do ESG.

SÉRGIO CALUNDUNGO DESTACA O PAPEL CENTRAL DO PILAR SOCIAL

Na 1.^a Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, realizada em março na Academia BAI, Sérgio Calundungo, Coordenador do Observatório Político e Social de Angola, iniciou a apresentação do pilar Social (S) do ESG com uma abordagem marcadamente profissional, destacando que o ambiente constitui a base de toda a actividade económica. Sublinhou, de seguida, o papel essencial do pilar Social enquanto elo entre as dimensões ambiental e económica do ESG (Ambiental, Social e Governação), reforçando a importância de uma governação orientada por decisões éticas, sustentáveis e centradas nas pessoas.

O AMBIENTE COMO ALICERCE DO ESG

Sérgio Calundungo realçou que tudo o que se faz ocorre no ambiente – seja na terra, na água ou no ar – o que torna a base fundamental da chamada pirâmide do ESG. Segundo o profissional, ao analisar o ESG sob esta perspectiva, torna-se claro que não existe actividade económica fora do ambiente, sendo este o seu alicerce essencial.

ESG: TENDÊNCIA OU NECESSIDADE?

Destacou ainda que, em muitas abordagens ao ESG, existe a percepção de que se trata de uma tendência recente ou “moda”. No entanto, sublinhou que os três pilares demonstram precisamente o contrário, tratando-se de uma condição inevitável para qualquer actividade económica sustentável.



Sérgio Calundungo, Coordenador do Observatório Político e Social de Angola



Sérgio Calundungo, Coordenador do Observatório Político e Social de Angola.

“Para o moderador, a governação tem como função principal equilibrar os conflitos constantes entre os interesses sociais, económicos e ambientais.”

A TERRA COMO LEGADO PARA FUTURAS GERAÇÕES

Sérgio Calundungo reforçou que a Terra não deve ser vista como uma herança dos antepassados, mas sim como um legado para as gerações futuras, o que implica reconhecer que todas as operações humanas têm impacto ambiental. Neste sentido, afirmou que não há economia sem ambiente, nem

produção sem recursos naturais, e que sem planeta não existe mercado, nem sequer o mercado financeiro.

O PAPEL INTERMÉDIO DO PILAR SOCIAL

Ao abordar o pilar Social, explicou que o ambiente, por si só, não toma decisões — estas são sempre resultado da acção humana, cujas escolhas afectam igualmente outras pessoas. Assim, o “S” assume-se como um pilar intermédio, onde as decisões humanas têm impacto directo no mar, na terra, no ar e na água.

DO TÉCNICO AO ÉTICO NO SECTOR FINANCEIRO

Acrescentou que o pilar Social representa o ponto em que o ESG deixa de ser apenas uma questão técnica e passa a ser uma questão ética, especialmente no sector financeiro. Defendeu também que qualquer decisão deve considerar três dimensões fundamentais: viabilidade económica, sustentabilidade ambiental e justiça social.

INCLUSÃO FINANCEIRA COMO PONTE

Numa perspectiva mais técnica, referiu que a inclusão financeira influencia directamente aspectos como o emprego, a protecção contra riscos, o acesso a serviços e a capacidade de aquisição das pessoas, funcionando assim como uma ponte entre o ambiente e a economia.

O PAPEL DA GOVERNAÇÃO

Sobre o pilar da Governação, explicou que este está relacionado com a forma como são tomadas as decisões, definidas as prioridades e avaliados os riscos. Para o moderador, a governação tem como função principal equilibrar os conflitos constantes entre os interesses sociais, económicos e ambientais.

QUESTIONAMENTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

Sérgio Calundungo questionou ainda se os produtos e serviços financeiros são verdadeiramente orientados para responder às necessidades das pessoas e se contribuem para resolver os seus problemas reais, dando como exemplo o crédito e os seguros, que devem ser avaliados não só pela sua viabilidade económica e sustentabilidade ambiental, mas também pela sua justiça social.

O SOCIAL COMO CRITÉRIO ESSENCIAL

Concluiu defendendo que o pilar Social não deve ser entendido como um simples discurso, mas como um critério essencial na tomada de decisões. Para o conhecedor da matéria, tudo acontece no ambiente, só ganha o verdadeiro significado quando está ao serviço das pessoas, sendo concretizado através de uma governação que as coloque no centro das decisões. ➡



PILAR DA GOVERNAÇÃO EM EVIDÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DE DANIELA SIMÃO

No decurso da 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, realizada em março do ano em curso, na Academia BAI, a Administradora Não Executiva do Banco Nacional de Angola, distinguiu-se com a apresentação do pilar G (Governança) do ESG, subordinada ao tema “Regulamentação, Compliance e Inovação em Mercados Regulados”.

Na sua intervenção, Daniela Simão foi amplamente reconhecida pelo público, tendo merecido fortes aplausos e rasgados elogios.

De acordo com a experiente na matéria, para compreender a Governança basta uma única palavra: protecção. As organizações necessitam de mecanismos que garantam a sua viabilidade económica, sustentem as agendas ambiental e social e assegurem o crescimento, expansão e reputação.

A moderadora destacou que a preservação da reputação exige sistemas eficazes de protecção, assentes numa estrutura sólida de governação. Esses sistemas permitem orientar decisões, reduzir riscos e assegurar a continuidade das organizações ao longo do tempo.

RISCOS E TOMADA DE DECISÃO NUM CONTEXTO DE POLICRISE

A profissional sublinhou que o contexto actual é cada vez mais complexo e competitivo, marcado por uma era de policrises, em que múltiplas crises ocorrem em simultâneo e influenciam a tomada de decisão.

Com base no relatório *Global Focus on Risks 2025* do Instituto Internacional de Auditoria Interna, que convida

todos a ler anualmente, referiu que os principais riscos deverão manter-se relevantes nos próximos cinco anos, destacando três:

■ **Cibersegurança como risco principal. Quem é que sabe estar num ambiente de ciberespaço? Onde é que começa e termina?** “Nós não sabemos. Os nossos líderes também a maior parte deles ainda têm algumas incertezas. Mas a verdade é que nós temos de decidir, porque estamos expostos a riscos que vão fazer com que as nossas empresas que têm 10, 20 ou 30 anos desapareçam”, realçou.

■ **Continuidade do negócio**, que significa que cada vez vai ser mais difícil garantir que uma empresa consiga resistir ao tempo.

■ **Capital humano ‘o talento’**, que cada vez mais precisa de ser especializado para ter a capacidade de sustentar as organizações.

Salientou que, apesar das incertezas e da dificuldade em delimitar riscos — especialmente no ciberespaço —, os líderes precisam tomar decisões que podem impactar directamente a sobrevivência das organizações.

SUSTENTABILIDADE, TALENTO E CAPACITAÇÃO

A sustentabilidade foi apresentada como sinónimo de viabilidade — a capacidade de uma organização se manter resiliente, sólida e duradoura.

Neste contexto, a Administradora Não Executiva do BNA defendeu a formação de profissionais altamente qualificados, o desenvolvimento de competências resilientes e a capacitação desde a base organizacional.

Reforçou ainda que o capital humano surge, assim, como um elemento central para apoiar líderes na execução de estratégias e na concretização das agendas ESG (Ambiental, Social e de Governação).



Da esquerda para direita: Naiole Cohen, Membro do Conselho Fiscal (BAI, S.A.)
Daniela Simão, Administradora Não Executiva do BNA
Márcia Costa, Administradora (NOSSA Seguros)

“

Reforçou ainda que o capital humano surge, assim, como um elemento central para apoiar líderes na execução de estratégias e na concretização das agendas ESG (Ambiental, Social e de Governação).

”

CLAREZA DE PAPÉIS E EXECUÇÃO ESTRATÉGICA

Um dos grandes desafios identificados está na execução das estratégias definidas pelas lideranças. Muitas das vezes, quem executa não participou na definição da visão, o que exige clareza, alinhamento e comunicação eficaz.

Daniela Simão destacou a importância de:

- **Definir responsabilidades** entre Conselho de Administração, técnicos e demais actores;
- **Clarificar os limites de actuação** nas agendas ambiental e social;
- **Estabelecer critérios e prioridades** de médio e longo prazo.

Enfatizou ainda que os líderes tomam em média várias decisões por dia, o que evidencia a complexidade do processo decisório. **“Isto é duro e complexo. Então, mais uma vez, nós precisamos de protecção”**, sublinhou.



Painel Governação (G)

“
A Administradora Não Executiva do BNA alertou que a governação não deve ser confundida com burocracia. Mais do que documentos, trata-se da capacidade de materializar a visão estratégica.
 ”

GOVERNAÇÃO NA PRÁTICA: MAIS DO QUE DOCUMENTOS

A Administradora Não Executiva do BNA alertou que a governação não deve ser confundida com burocracia. Mais do que documentos, trata-se da capacidade de materializar a visão estratégica.

Comparou este processo à produção de um filme de Hollywood: existe um guião bem definido, mas a sua execução pode revelar-se desafiante. Nas organizações, o mesmo acontece — existem regulamentos e políticas, mas nem sempre são eficazmente implementados.

Defendeu que o sistema de governação deve assentar em três pilares fundamentais:

- **Pessoas** – responsáveis pela criação, execução e supervisão;
- **Regras e regulamentos** – Que orientam e funcionam como bússola estratégica;
- **Sistemas informáticos** – que aumentam a eficiência e libertam espaço para a criatividade.

Daniela Simão destacou ainda a importância da criatividade como elemento essencial para transformar a visão em realidade.

LONGEVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES AFRICANAS

Um dos maiores desafios apontados é garantir a longevidade das organizações africanas, com o objectivo de alcançarem cem ou mais anos de exis-

tência, de acordo com a profissional.

Para isso defende que são necessários sistemas de protecção sólidos, profissionais qualificados e decisões alinhadas com o propósito organizacional.

Reforçou que todas as organizações nascem com um propósito, e que o grande desafio é manter esse alinhamento ao longo do tempo.

COMPLIANCE, ÉTICA E RESPONSABILIDADE ORGANIZACIONAL

Sobre isto, a Administradora Não Executiva do BNA destacou o papel do *compliance* e da ética na sustentabilidade empresarial. A continuidade das organizações depende do comportamento dos profissionais e da sua responsabilidade no desempenho das funções.

Sublinhou também a importância de explicar aos clientes o papel dos fiscais, promover a transparência e reforçar a responsabilidade no cumprimento de normas.

Concluiu que o compromisso individual e colectivo é essencial para garantir a viabilidade económica e a sustentabilidade das organizações a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES DA ADMINISTRADORA DO BAI, S.A.

A Administradora do Banco BAI, S.A., Inokcelina Carvalho, proferiu as considerações finais da 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, realizada em março, na sala multifunções da Academia BAI, evento no qual os três pilares do ESG (Ambiental, Social e Governança) foram minuciosamente abordados.



Inokcelina Carvalho, Administradora (BAI, S.A.)

A dirigente agradeceu a presença do presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BO-DIVA) e de outros convidados, como os PCEs das filiais.

Salientou que, ao chegar ao momento de reflexão sobre o ESG, se percebeu que este não é apenas um chavão, mas sim uma garantia de continuidade, de solvabilidade e, essencialmente, de valorização das pessoas. Destacou a importância da componente social, afirmando que tanto o E (Ambiental) como o S (Social) se vertem sempre para as pessoas, remetendo para a ética, que sempre fez parte do ADN do Grupo BAI.

A CONFERÊNCIA COMO EXTENSÃO NATURAL DA REVISTA PRISMA ECONÓMICO

Explicou que, com o ESG, será possível quantificar e organizar estas linhas de forma diferente. A conferência surgiu como consequência da revista Prisma Económico, que nasceu da acumulação de experiências e conhecimento ao longo dos anos, e da necessidade de transmitir este conhecimento ao mercado. A conferência permitiu reu-

nir todas as participadas, documentar e disponibilizar a informação, funcionando como um momento de reflexão e partilha sobre os conteúdos trimestrais da revista.

30 ANOS DO BAI E A PREPARAÇÃO PARA O FUTURO

A Administradora Inokcelina a sublinhou que esta conferência marcou a primeira edição da revista Prisma Económico, num ano em que o BAI celebra 30 anos. Com base nisso, afirmou que o objectivo é preparar-se para os próximos 30 anos, e mesmo para mais de cem anos, mantendo como pilar principal e valor central a ética, a continuidade e o serviço às pessoas.

Recordou que, embora se fale frequentemente do BAI, hoje se trata do Grupo BAI, uma organização de dimensão considerável, mas com muito ainda por aprender. Destacou ainda que o ambiente deve ser cuidado, pois dele depende a sustentabilidade do grupo.

A responsável garantiu que, com a comemoração dos trinta anos do BAI, haverá várias actividades para demonstrar a força e a robustez do Grupo BAI, garantindo a continuidade e a sustentabilidade com todos os *stakeholders*. ●

I.^a CONFERÊNCIA PR



PRISMA ECONÓMICO



A ESCOLHA É NOSSA

20 ANOS A DAR-LHE FORÇA
QUALQUER QUE SEJA A SUA DECISÃO

Nos momentos mais importantes da vida, há que avaliar as opções e tomar decisões.
Mas a escolha é sempre NOSSA.



COMPRAR

ARRENDAR

923 190 860

CONTACT CENTER NOSSA SEGUROS

www.nossaseguros.ao



NOSSA SEGUROS E O PAPEL DO SECTOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA ANGOLA MAIS RESILIENTE

Num país onde a taxa de penetração dos seguros não ultrapassa 1% do Produto Interno Bruto (PIB), muito abaixo da média dos mercados vizinhos, o sector segurador angolano enfrenta um desafio duplo: crescer e, ao mesmo tempo, tornar-se mais próximo das pessoas. Não apenas das que já fazem parte do sistema financeiro formal, mas sobretudo daquelas que, historicamente, dele têm estado excluídas.

É neste contexto que a NOSSA Seguros, S.A – Nova Sociedade de Seguros de Angola – afirma o seu posicionamento estratégico: o de uma seguradora comprometida com a protecção financeira enquanto instrumento de estabilidade social, inclusão e desenvolvimento sustentável.

Texto: *Alexandre Carreira, PCE (NOSSA Seguros)* | Fotos: *BAI e Zwela*



Digitalize o código QR e obtenha mais informações.



“

A NOSSA Seguros tem vindo a concretizar esta visão com um portefólio diversificado.

”

Nesta entrevista exclusiva ao Prisma Económico, o Presidente da Comissão Executiva (PCE) da NOSSA Seguros, S.A., Alexandre Teles Carreira, partilhou uma visão abrangente sobre o presente e o futuro do sector segurador em Angola, sustentada em dados concretos, iniciativas mensuráveis e um propósito claro: tornar o seguro mais acessível, relevante e próximo da realidade dos angolanos.

O SEGURO COMO INSTRUMENTO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

O responsável da empresa esclareceu que “os seguros inclusivos se referem a soluções desenhadas especificamente para responder às necessidades de sectores tradicionalmente excluídos do mercado segurador formal, como pessoas idosas, trabalhadores informais, pequenos agricultores ou pessoas de baixos rendimentos. São, por natureza, soluções acessíveis, compreensíveis e adaptadas a estes segmentos da população, com o objectivo de promover a inclusão financeira e a protecção social.”

Alexandre Carreira reforçou que a NOSSA Seguros, S.A., tem vindo a concretizar esta visão com um portefólio diversificado. Em 2025, três produtos destacaram-se pela sua relevância social:

● **Saúde Kota** – concebido para pessoas a partir dos 55 anos, sem limite de permanência, garantindo acesso a cuidados de saúde de qualidade para o segmento sénior;

● **Vida Fixe** – seguro de vida individual com prémios acessíveis, desenhado para o segmento de baixos rendimentos, com protecção financeira em caso de morte ou invalidez absoluta e definitiva, incluindo cobertura de funeral, com capital até 1.500.000 kwanzas;

● **Saúde Mwangolé** – com cobertura em todo o território nacional e uma rede alargada de prestadores, concebido para responder às necessidades de saúde de todos os angolanos de forma simples e prática.

INCLUSÃO FINANCEIRA: DO CONCEITO À PRÁTICA

De acordo com o responsável da empresa, o sector segurador desempenha um papel estratégico na promoção da inclusão ➡

financeira em Angola, ao oferecer mecanismos de protecção financeira acessíveis e sustentáveis para famílias e pequenos negócios que, historicamente, permanecem fora do sistema financeiro formal. O seguro permite que famílias e pequenos empreendedores minimizem o impacto financeiro de eventos inesperados, como doenças, acidentes, morte, desastres naturais ou perdas nos negócios, o que se revela fundamental para a sua estabilidade e resiliência económica.

Alexandre Carreira reforça que a empresa aposta na criação de parcerias estratégicas com associações representativas dos segmentos mais vulneráveis, nomeadamente com a Cooperativa CWAM, no âmbito do seguro agrícola, garantindo a subsídio de 50% do valor do prémio e tornando a cobertura acessível a pequenos agricultores, bem como disponibilizando uma solução de Fundo de Pensões com condições exclusivas para os associados; com a ADVMI (Associação de Defesa dos Vendedores do Mercado Informal), para o desenvolvimento de uma solução de seguro de vida adaptada à capacidade financeira dos seus associados; e com a ANATA (Associação Nacional dos Taxistas de Angola), no quadro do seguro automóvel.

Alexandre Carreira refere ainda que os resultados são mensuráveis. O seguro Vida Fixe, nos últimos 18 meses, abrangeu mais de 900 pessoas e permitiu o pagamento de mais de cinco milhões de kwanzas em indemnizações, o que representou apoio financeiro imediato a famílias em momentos de perda e contribuiu directamente para a estabilidade familiar e social das comunidades abrangidas.

SUSTENTABILIDADE E ESG: UM COMPROMISSO COM O FUTURO

Reconhecendo a existência de um círculo virtuoso entre o sucesso empresarial, o progresso social e o respeito pelo meio ambiente, a NOSSA Seguros, S.A., mantém uma estratégia orientada para a sustentabilidade e a responsabilidade social, com apoio às áreas da saúde, educação, cultura e desporto, segundo o responsável da empresa.

O dirigente recordou que, em outubro de 2024, a NOSSA Seguros, S.A., formalizou a adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, alinhando-se com princípios internacionais de sustentabilidade, ética e governação nos domínios dos direitos humanos, das normas laborais, do ambiente e do combate à corrupção.

Internamente, a aposta na desmaterialização dos processos tem produzido resultados concretos, com a utilização do correio electrónico e da intranet para



Marcelo Perdigão, Administrador Executivo da NOSSA Seguros, S.A.

a divulgação de circulares, a implementação de assinaturas digitais, a restrição da impressão a cores e a partilha de relatórios exclusivamente em formato digital. Junto dos clientes, a NOSSA App permite a subscrição e renovação de apólices, bem como o acesso a toda a informação.

No plano social, a NOSSA Seguros, S.A., mantém, desde 2018, uma parceria com a Fundação EDUC, através da qual apoia o pagamento de professores em centros de acolhimento que servem 800 alunos nas zonas do Golf 2 e de Viana, contribuindo para a redução da exclusão escolar e para a construção de um futuro mais equitativo.

LITERACIA FINANCEIRA: SEMEAR PARA O FUTURO

Alexandre Carreira fez saber que a falta de literacia seguradora continua a ser uma realidade no mercado angolano. Segundo o Presidente da Comissão Executiva da NOSSA Seguros, S.A., a taxa de penetração de seguros em Angola situa-se abaixo de 1% do PIB, muito aquém da média dos mercados vizinhos. O responsável considera que a principal razão para este cenário

“

O seguro permite que famílias e pequenos empreendedores minimizem o impacto financeiro de eventos inesperados, como doenças, acidentes, morte, desastres naturais ou perdas nos negócios, o que se revela fundamental para a sua estabilidade e resiliência económica.

”



“
Permanecem, no entanto, duas áreas prioritárias: a incorporação da educação financeira na estratégia regulatória e o reforço da fiscalização dos seguros obrigatórios.”

reside no baixo nível de literacia em seguros e, para responder a este desafio, a empresa tem reforçado a sua presença através de uma comunicação multicanal robusta e consistente.

A resposta mais estruturada a este desafio materializa-se no ciclo de palestras “NOSSA Literacia Financeira nas Universidades”, lançado a 27 de Março de 2025. Com a participação da Directora de Vida e Fundo de Pensões, Albertina Napita, e da educadora financeira Jucélia Gabriel, Embaixadora da NOSSA Pensões, o programa percorre as principais instituições de ensino superior do país, promovendo a capacitação financeira de estudantes universitários em Angola, através da abordagem de temas como poupança, planeamento financeiro e fundos de pensões.

UNIVERSIDADES CONTEMPLADAS ATÉ AO MOMENTO:

- Universidade Católica de Angola;
- Universidade Óscar Ribas;
- Universidade Katyavala Bwila;
- Instituto Superior Politécnico de Benguela;
- Instituto Superior de Administração e Finanças (ISAF);
- Público em geral – 40.ª edição da Feira Internacional de Angola (FILDA);
- Universidade Mandume Ya Ndemufayo, na Huíla;
- Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo;
- Instituto Superior de Ciências

da Educação de Cabinda (ISCED);

- Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC).

Este projecto foi recentemente reconhecido nos Prémios Forbes Responsabilidade Social 2026 – Forbes Lusófona, na categoria de Seguros. Esta conquista resulta do impacto do projecto NOSSA Literacia Financeira, uma iniciativa que tem vindo a capacitar jovens universitários em Angola, promovendo conhecimento essencial para decisões financeiras mais conscientes e sustentáveis, segundo o PCE da NOSSA Seguros, S.A.

RECONHECIMENTO E DISTINÇÕES: A CONFIRMAÇÃO DE UM PERCURSO

Alexandre Carreira reforçou que o trabalho desenvolvido pela NOSSA Seguros tem sido reconhecido por múltiplas entidades.

Em 2025, a seguradora acumulou distinções relevantes:

- **Leão de Ouro** – Melhor Participação do Sector Segurador na FILDA 2025, reforçando a sua posição de referência no mercado angolano;
- **Prémio de Melhor Participação do Sector Segurador** na FIB 2025, na Feira Internacional de Benguela;
- **Medalha de Ouro** na Prestação de Contas ao Regulador, avaliada pelo Jornal Expansão, reflectindo o compromisso com a transparência e o rigor institucional;
- **Selo Escolha do Consumidor 2025** nas categorias “Experiência do Cliente em Seguros” e “Seguros de”, atribuído directamente pelos consumidores angolanos.

“Esta premiação representa um reconhecimento muito positivo da trajectória diferenciada que a NOSSA tem vindo a construir, assente no desenvolvimento de soluções e serviços que acrescentam valor aos seus clientes”, realçou. ➡

UM QUADRO REGULATÓRIO MAIS FAVORÁVEL À INCLUSÃO FINANCEIRA

Alexandre Carreira assegura que o actual quadro regulatório em Angola tem registado avanços significativos na criação de um ambiente mais favorável ao crescimento do sector segurador e à promoção da inclusão financeira. Reforça que esta evolução regulatória tem igualmente favorecido o desenvolvimento de seguros mais inclusivos e sustentáveis. Acrescenta ainda que a regulação tem reforçado os padrões de solvência, transparência e boas práticas, o que contribui para a confiança no sistema e incentiva o desenvolvimento de produtos adaptados às realidades socioeconómicas da população.

O AVANÇO DOS MICRO-SEGUROS EM ANGOLA

O PCE da NOSSA Seguros fez saber que um marco recente reforça este optimismo: em setembro de 2025, a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) aprovou a Norma Regulamentar n.º 9/25, que estabelece as condições de acesso e exercício da actividade de micro-seguros em Angola, criando um quadro jurídico específico para as operadoras e abrindo caminho a uma expansão sustentada dos seguros inclusivos no país.

Persistem, no entanto, duas áreas prioritárias: a incorporação da educação financeira na estratégia regulatória e o reforço da fiscalização dos seguros obrigatórios.

No horizonte, a crescente penetração das tecnologias móveis, das plataformas digitais e da inteligência artificial, aliada à integração das seguradoras nas políticas públicas de inclusão financeira e protecção social, poderá transformar o papel do sector na sociedade angolana. Alexandre Carreira afirma que o futuro do mercado segurador passa por ser mais humano, mais próximo e mais relevante, defendendo que a combinação de inovação, parceria e



NOSSA Seguros distinguida nos Prémios Forbes Responsabilidade Social 2026

“

A NOSSA Seguros, S.A., posiciona-se como uma empresa comprometida com a Sustentabilidade e a Responsabilidade Social Corporativa, através de acções e práticas alinhadas com os princípios de responsabilidade ambiental e social.

”

propósito social em Angola pode oferecer uma base sólida para a construção de um sector inclusivo, sustentável e transformador, capaz de proteger vidas, sustentar negócios e promover o desenvolvimento.

O PAPEL SOCIAL DA NOSSA SEGUROS, S.A.

O responsável da empresa esclareceu que a trajectória da NOSSA Seguros ilustra como o sector segurador pode transcender a sua função comercial e afirmar-se como um agente activo de transformação social. Referiu ainda que parcerias como a estabelecida com a Associação de Defesa dos Vendedores

do Mercado Informal, para a qual foi desenvolvida uma solução de seguro de vida adaptada à capacidade financeira dos seus associados, e com a Associação Nacional dos Taxistas de Angola, no quadro do seguro automóvel, demonstram que a inclusão se constrói também no terreno, junto de quem mais necessita de protecção. Concluiu que, através de produtos inclusivos, parcerias estratégicas, investimento em literacia financeira e um compromisso sólido com a sustentabilidade, a seguradora demonstra que proteger constitui, antes de mais, um acto de responsabilidade com as pessoas, com as comunidades e com o futuro de Angola. ●



ACADEMIA
EXECUTIVE EDUCATION

/ ELEVE O SEU TALENTO

IMPULSIONE A SUA CARREIRA COM
FORMAÇÃO EXECUTIVA ORIENTADA
PARA **RESULTADOS REAIS.**



Uma marca



FORMAR PARA TRANSFORMAR. CRESCER PARA LIDERAR.



Noelma de Abreu e Maria João Neto



Equipa da Academia BAI

O ano de 2026 assinala o início de um novo ciclo na trajetória da Academia BAI, sustentado num percurso sólido de consolidação, aprendizagem e crescimento contínuo. Os anos anteriores foram determinantes para afirmar a Academia como uma referência na formação executiva e profissional em Angola, com uma proposta clara: desenvolver líderes, fortalecer organizações e preparar profissionais para responder, com confiança, aos desafios de um mercado cada vez mais exigente.

Num contexto marcado pela transformação acelerada das economias e das organizações, a Academia BAI entra neste novo ciclo com maturidade institucional, visão estratégica e um forte compromisso com a excelência. A aposta consistente na qualidade pedagógica, na proximidade ao tecido empresarial e na actualização permanente dos conteúdos

“

A Academia BAI apresenta-se preparada para servir, de forma clara e segmentada, tanto o ensino académico como a formação executiva de alto nível.

”

formativos continua a diferenciar a Academia como um parceiro estratégico no desenvolvimento de competências críticas para o futuro.

O investimento realizado nos últimos anos — em particular na modernização das infra-estruturas, na ampliação do ISAF, na criação de infraestruturas de aprendizagem inovadoras e na afirmação de marcas e ofertas formativas complementares — revela-se hoje uma base sólida para sustentar o crescimento em 2026 e nos anos seguintes. A Academia BAI apresenta-se preparada para servir, de forma clara e segmentada, tanto o ensino académico como a formação executiva de alto nível.

A reputação construída ao longo deste percurso mantém-se reforçada por certificações e distinções que traduzem mais do que reconhecimento institucional: reflectem uma cultura de rigor, melhoria contínua e foco na excelência da experiência



Outorga de diplomas ISAF



Women On Board

formativa. Em 2026, estes princípios continuam a orientar processos, decisões e práticas internas.

Este novo ciclo consolida também uma fase de renovação e fortalecimento da equipa. A integração de novos talentos, aliada à preservação do legado, da cultura e dos valores que moldaram a identidade da Academia, reforça a capacidade de inovação, adaptação e alinhamento com as exigências actuais e futuras do mercado da formação.

Ao longo dos últimos anos, a Academia BAI capacitou centenas de profissionais através de programas técnicos, executivos e comportamentais, contribuindo directamente para o fortalecimento do capital humano, da liderança e da competitividade das organizações. Em 2026, este compromisso renova-se, apoiado por parcerias nacionais e internacionais, programas de desenvolvimento de liderança e soluções formativas ajustadas às necessidades reais das empresas e dos profissionais.

Mais do que resultados quantitativos, a Academia entra neste novo ciclo com uma convicção profunda:



Pátio da Academia BAI

a formação de qualidade transforma carreiras, fortalece instituições e gera impacto duradouro na sociedade. É nesta intersecção entre propósito, conhecimento e pessoas que a Academia BAI constrói o seu futuro.

Em 2026, com uma estratégia clara e uma ambição renovada, a Academia

BAI reafirma o seu papel como espaço de aprendizagem, crescimento e liderança. Porque investir em conhecimento continua a ser a forma mais sólida e sustentável de construir o futuro.

O caminho segue. A ambição cresce. O impacto continua. ●

LITERACIA FINANCEIRA COMO REQUISITO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADANIA

Durante muito tempo, a literacia financeira foi entendida como um tema técnico, circunscrito a especialistas, instituições financeiras ou a uma pequena elite financeira. Em vários fóruns em que participei, chegou mesmo a referir-se que a própria expressão “literacia financeira” era limitadora, por não ser suficientemente clara ou apelativa para o público em geral. Contudo, essa percepção tem vindo a ser gradualmente ultrapassada.

Texto: Ana Regina Correia Victor | Fotos: BAI



“
Uma análise séria da literacia financeira em Angola exige olhar para os desafios estruturais que caracterizam o nosso contexto económico e social.”

Digitalize o **código QR** e obtenha mais informações.



Durante muito tempo, a literacia financeira foi entendida como um tema técnico, circunscrito a especialistas, instituições financeiras ou a uma pequena elite financeira. Em vários fóruns em que participei, chegou mesmo a referir-se que a própria expressão “literacia financeira” era limitadora, por não ser suficientemente clara ou apelativa para o público em geral. Contudo, essa percepção tem vindo a ser gradualmente ultrapassada.

Num mundo marcado pela crescente complexidade económica, pela forte digitalização e pelo acesso cada vez mais amplo a produtos e serviços financeiros, compreender o dinheiro e saber geri-lo tornou-se uma competência básica de cidadania e um pilar indispensável do desenvolvimento sustentável das sociedades modernas.

Falar de literacia financeira é, acima de tudo, falar da capacidade de cada cidadão tomar decisões informadas sobre a sua vida económica, proteger-se de riscos, planear o futuro e participar de forma consciente na economia do país. Não se trata apenas de poupar ou de equilibrar

um orçamento doméstico. Vai muito além disso. Envolve compreender e avaliar riscos, planear a médio e longo prazo, conhecer os instrumentos de protecção financeira, compreender direitos e deveres enquanto consumidor e interagir com o sistema financeiro de forma responsável e informada.

Não se pode falar de literacia financeira sem falar, necessariamente, de inclusão financeira. Entre estas duas dimensões existe uma relação indissociável: o acesso aos serviços financeiros, quando não é acompanhado de conhecimento e competências básicas, tende a produzir resultados limitados ou, em alguns casos, até negativos.

Em Angola, este tema assume particular relevância. A aprovação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira de Angola (ENIF 2025–2027), através do Decreto Presidencial n.º 237/25, de 18 de Novembro, representa um marco importante na definição de políticas públicas orientadas para o cidadão. O objectivo de elevar a taxa de inclusão financeira para 65% até 2027 traduz um compromisso claro do Estado com o alargamento do acesso aos serviços financeiros formais.

Contudo, a própria Estratégia reconhece que acesso não é sinónimo de inclusão real. Um cidadão, pode ter uma conta bancária, utilizar meios de pagamento modernos ou recorrer ao crédito e, ainda assim, permanecer vulnerável ao endividamento excessivo,

à fraude ou à utilização inadequada dos seus recursos se não dispuser de competências financeiras básicas. É precisamente neste ponto que a literacia financeira se afirma como elemento decisivo: ela é a ponte entre o acesso e o uso consciente, entre a formalização e a verdadeira autonomia económica.

Uma análise séria da literacia financeira em Angola exige olhar para os desafios estruturais que caracterizam o nosso contexto económico e social. A economia angolana apresenta elevados níveis de informalidade, baixos níveis de poupança estruturada e uma forte preferência por mecanismos tradicionais e informais de gestão financeira, como a kixikila, que, apesar do seu valor cultural e social, nem sempre oferece mecanismos adequados de protecção ou crescimento do património.

A estes factores junta-se o crescimento do crédito ao consumo, muitas das vezes sem o correspondente entendimento dos riscos associados, das taxas aplicáveis ou das consequências do incumprimento. Estudos conduzidos pelo Banco Nacional de Angola (BNA) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram uma correlação clara entre baixos níveis de literacia financeira e maior vulnerabilidade económica das famílias. Os dados indicam que apenas cerca de 25% da população apresenta um nível considerado adequado de literacia financeira, sendo a exclusão mais acentuada fora dos grandes centros urbanos.

Este défice não é meramente teórico. Ele tem impactos reais no bem-estar das famílias, na capacidade de enfrentar choques económicos, na formalização da economia e, em última instância, na sustentabilidade do crescimento económico do país. Promover literacia financeira, neste contexto, significa fortalecer a autonomia económica das famílias, reduzir desigualdades sociais e regionais, bem como apoiar a formalização da economia e criar bases sólidas para um crescimento mais inclusivo e sustentável.

“

É no seio familiar que se formam os primeiros comportamentos financeiros, muitas vezes por imitação e experiência prática. A forma como se fala ou não sobre dinheiro em casa influencia profundamente a relação futura das crianças com as finanças. ”

É importante, entretanto, sublinhar que a literacia financeira não é um conhecimento que se adquire de forma pontual, nem um conjunto de conceitos que se aprende apenas numa fase específica da vida. Pelo contrário, trata-se de um processo contínuo, que acompanha o cidadão ao longo das diferentes etapas do seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Na infância, a educação financeira contribui para a formação de hábitos saudáveis de relação com o dinheiro. Conceitos simples como distinguir necessidades de desejos, poupar, planear e esperar ajudam a criar bases sólidas para decisões futuras.

Na juventude, essas competências tornam-se ainda mais determinantes. As decisões relacionadas com estudos, primeiro emprego, consumo, crédito ou empreendedorismo, têm impacto

directo no percurso económico futuro. Programas dirigidos a estudantes universitários e jovens empreendedores têm demonstrado resultados positivos na utilização responsável de meios digitais, contas bancárias e instrumentos de poupança, contribuindo para maior autonomia e consciência financeira.

Na fase adulta, a literacia financeira assume um papel central no planeamento familiar, na capacidade de poupança, na gestão do crédito, na protecção contra riscos e na preparação para a reforma. Nesta etapa, a educação financeira é essencial para assegurar dignidade, autonomia e protecção patrimonial, reduzindo a dependência excessiva e prevenindo decisões financeiras desajustadas.

Neste percurso individual, é incontornável o papel da família na promoção da literacia financeira. É no seio familiar que se formam os primeiros comportamentos financeiros, muitas vezes por imitação e experiência prática. A forma como se fala ou não sobre dinheiro em casa influencia profundamente a relação futura das crianças com as finanças. Falar abertamente sobre dinheiro, ensinar planeamento, disciplina e responsabilidade, envolver crianças e jovens em decisões simples e transmitir valores como poupança, previsibilidade e equilíbrio são práticas fundamentais.

É, também, digno de registo o papel que os reguladores financeiros têm desempenhado na dinamização de programas de literacia financeira, muito alinhados com os objectivos preconizados na ENIF. O BNA tem liderado iniciativas estruturantes, como o Inquérito Nacional sobre Literacia Financeira, em parceria com o INE, a realização de acções formativas em todas as províncias, a criação do Portal de Educação e Inclusão Financeira e a coordenação da própria ENIF.

A Comissão do Mercado de Capitais (CMC), no âmbito da sua missão de promoção do mercado de capitais, tem aprovado anualmente Programas de Educação Financeira alinhados com os seus Planos Estratégicos e com

as directrizes internacionais da IOSCO e da Rede Internacional de Educação Financeira. Estas acções incluem palestras, produção de conteúdos educativos, programas de rádio, o podcast “Investir com Segurança”, concursos académicos e a participação em iniciativas globais como a *Global Money Week*.

Por sua vez, a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) aprovou recentemente o seu Plano Anual de Literacia Financeira para 2026, adoptando uma abordagem estruturada e inclusiva, com foco nos seguros e fundos de pensões, organizando-o em eixos claros como, educação financeira, protecção do consumidor e coordenação interinstitucional, e reforçando a literacia como instrumento de confiança e estabilidade do sector segurador.

Sendo a literacia financeira um investimento social de longo prazo, o sector privado e a sociedade civil têm também um papel fundamental. No Grupo BAI, por exemplo, destacam-se iniciativas como a Revista Prisma Económico, que democratiza o acesso à informação económica e financeira através de uma linguagem clara e acessível. Internamente, empresas do Grupo, com destaque para o Banco BAI, têm promovido acções de capacitação dos seus colaboradores em matérias de mercados financeiros, segurança, gestão de risco e finanças pessoais.

A ÁUREA SDVM, S.A., tem desempenhado um papel relevante na educação do investidor no mercado de capitais. O lançamento da banda desenhada “Literacia Financeira com a Áurea” constitui um exemplo inspirador de como é possível transmitir conceitos financeiros de forma criativa e adequada aos mais jovens.

A NOSSA Seguros, S.A., no seu Relatório e Contas de 2025, evidencia que a baixa taxa de penetração dos seguros representa um desafio estrutural e, simultaneamente, uma oportunidade directamente dependente do aumento da literacia financeira. Por isso, tem



Ana Correia Victor, Presidente do Conselho Administração, Áurea SDVM, S.A

reforçado a literacia no domínio da protecção financeira, sensibilizando para a importância dos seguros na estabilidade familiar.

A Pay4all contribui para a literacia digital financeira através de soluções como, o é Kwanza, promovendo pagamentos digitais acessíveis, reduzindo o uso de numerário e integrando cidadãos não bancarizados no sistema formal.

Um papel central neste ecossistema é também desempenhado pela Academia BAI, que, através de programas de formação estruturada, contribui de forma consistente para a capacitação financeira de diferentes públicos.

Ao nível da sociedade civil, multiplicam-se iniciativas desde influenciadores digitais a projectos comunitários que promovem educação financeira. Esta proliferação traz oportunidades, mas também responsabilidades acrescidas,

“

Estas acções incluem palestras, produção de conteúdos educativos, programas de rádio, o podcast “Investir com Segurança”, concursos académicos e a participação em iniciativas globais como a *Global Money Week*.

”

tendo em consideração o papel cada vez mais revelante que vão assumindo na transmissão de informação correcta, responsável e alinhada com boas práticas.

Em síntese, a literacia financeira é hoje um instrumento estruturante do desenvolvimento sustentável da cidadania. Em Angola, o seu reforço é condição indispensável para a inclusão económica, a redução das desigualdades e a consolidação de um sistema financeiro resiliente e confiável.

Os avanços alcançados até aqui são significativos, mas o desafio permanece estrutural, exige continuidade, coordenação e compromisso de longo prazo, na medida em que investir em literacia financeira é investir num futuro consciente, autónomo e sustentável da cidadania angolana. ●

JÁ TEM CONTA NA ÁUREA?

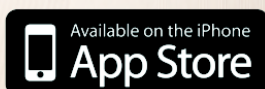
Faça a abertura da sua conta de custódia pelo APPLICA, no seu smartphone, tablet, ou computador. Tenha os seus documentos à mão.



Por razões de conformidade, a conclusão do processo de abertura de conta, depende da análise e confirmação dos seus dados.



Aceda ao APPLICA e comece já.



HÁBITOS QUE FORTALECEM A SAÚDE FINANCEIRA

Num contexto económico mais volátil, em que o custo de vida pressiona famílias e profissionais a rever prioridades, a saúde financeira deixou de ser um tema periférico. Passou a ser um factor de estabilidade, autonomia e capacidade de decisão. Hoje, falar de finanças pessoais já não é apenas falar de rendimento, mas também de hábitos.

“

Tal como na liderança, também nas finanças pessoais, a consistência vale mais do que a improvisação.”

Durante muito tempo, a gestão do dinheiro foi tratada de forma reactiva: responde-se ao imediato, corrige-se o desequilíbrio quando este já se instalou e adia-se a construção de reservas. Esta lógica tornou-se curta.

As instituições mais respeitadas no estudo do comportamento financeiro mostram, cada vez mais, que a diferença não reside apenas no quanto se ganha, mas na consistência com que se decide, planeia e protege o futuro. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) tem demonstrado que a literacia financeira envolve conhecimento, comportamento e atitude.

É aqui que os hábitos ganham centralidade:

- **Planear antes de gastar;**
- **Acompanhar as despesas com regularidade;**
- **Distinguir necessidade de impulso;**
- **Definir metas de poupança e criar margem para imprevistos.**

Estas práticas são simples, mas estruturalmente poderosas.

Pequenas rotinas de controlo produzem efeitos acumulativos, pois:

- **Reduzem vulnerabilidades;**
- **Reforçam a disciplina;**
- **Aumentam a liberdade de escolha.**



O Banco Mundial reforça esta leitura ao associar a inclusão financeira e a poupança à capacidade de lidar com emergências e choques económicos. Isto significa que a saúde financeira não deve ser vista apenas como um tema privado, mas como parte da preparação individual para contextos incertos. Quem organiza melhor os seus recursos tende a decidir com mais lucidez, a projectar-se com mais segurança e a responder melhor à pressão.

Este ponto é particularmente relevante num mercado que exige profissionais mais conscientes, disciplinados e capazes de gerir risco. Tal como na liderança, também nas finanças pessoais, a consistência vale mais do que a improvisação. A saúde financeira constrói-se, portanto, menos, através de extraordinários e de práticas regulares.

Na Academia Executive Education, marca da Academia BAI, acreditamos que formar para o futuro implica também desenvolver competências de vida. E poucas são tão decisivas como a capacidade de construir hábitos financeiros mais conscientes, equilibrados e sustentáveis. ●

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, RISCO CLIMÁTICO E PRODUTOS “VERDES”

A transição energética, risco climático e produtos “verdes” foi o tema do painel Ambiental do pilar (E), um dos três pilares do ESG – Ambiental, Social e de Governança – apresentado na 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, realizada a 6 de março de 2026, na Academia BAI, em Luanda.

Digitalize o código QR e obtenha mais informações.



O painel, foi moderado por Giza Gaspar Martins, Director Regional da Sun África, e reuniu Deina Barros, Directora de Marketing do BAI Cabo Verde, em participação remota, Maria João Neto, ex-Directora de Sustentabilidade do Banco BAI, S.A. e Samuel Franco, Director Coordenador (Área de Originação e Estruturação da AUREA, S.A.

A sessão do painel centrou-se na forma como essas três empresas integram os princípios ESG, com especial enfoque no pilar Ambiental das suas operações, particularmente no desenvolvimento de iniciativas relacionadas com a transição energética, os produtos verdes e a gestão do risco climático.

Entretanto, o moderador estruturou o debate em três segmentos: **“ONDE ESTAMOS?”**, **“PARA ONDE VAMOS?”** E **“O QUE FALTA?”**.

INÍCIO DO DEBATE

Giza Martins, iniciou o debate com a Directora de marketing do BAI Cabo Verde, Deina Barros, questionando-a de que forma o banco tem incorporado o pilar Ambiental do ESG nas suas operações e promovido esta postura no mercado em que actua?

ENERGIA DE SUSTENTABILIDADE DO BAI CABO VERDE



Deina Barros, Directora de Marketing do BAICV

Deina Barros respondeu que o BAI Cabo Verde (BAICV) tem alinhado, no seu plano estratégico, iniciativas orientadas para a sustentabilidade, sublinhando que esse alinhamento já ocorrera no plano estratégico anterior e que, no plano estratégico 2022-2027, essas iniciativas se tornaram mais robustas. Acrescentou que, com a integração da Política de Sustentabilidade e do Programa ESG nesse plano, a instituição passou a financiar projectos destinados à melhoria da qualidade de vida da população, bem como a implementar acções e a disponibilizar produtos e serviços que se traduzem em parcerias para o desenvolvimento nacional.

CRÉDITOS E PRODUTOS VERDES

Referiu, com orgulho, que o banco foi o primeiro em Cabo Verde a lançar Soluções de Crédito Amigas do Am-

biente, com vista a apoiar a transição energética do país. Indicou que a instituição dispõe de dois produtos em carteira: o Crédito BAI Energia Verde, que financia clientes particulares e empresas na aquisição de equipamentos e serviços para a microprodução de energia limpa e que, em alguns casos, beneficia de uma bonificação de 50% dos juros por parte do Governo de Cabo Verde, em alinhamento com as políticas nacionais; e o Crédito BAI Mobilidade Eléctrica, que apresenta uma taxa competitiva no mercado.

Acrescentou que este último produto permite aos clientes adquirir veículos eléctricos e postos de carregamento, incluindo ainda a possibilidade de financiar a aquisição de painéis fotovoltaicos ou sistemas eólicos, o que cria um miniecosistema verde de apoio à transição energética da frota automóvel. ➡



Parque solar fotovoltaico

A responsável referiu ainda que, com o objectivo de reforçar acções em prol do ambiente, o banco tem estabelecido acordos de parceria estratégica com entidades-chave do sector da produção de energia verde.

PROJECTOS DE ENERGIA RENOVÁVEL

Deina Barros revelou também que o BAI Cabo Verde apoiou a implementação de um parque solar na cidade da Praia, o primeiro estacionamento solar do país, que permite o carregamento de veículos eléctricos, situado por detrás da sede do banco, o que possibilita a observação diária desse investimento. Especificou que o parque dispõe de 395 painéis fotovoltaicos, com uma capacidade de 575 quilowatts pico e uma potência total de 227.125 quilowatts pico.

A directora de *Marketing* acrescentou que a instituição bancária afirma, com orgulho, ter financiado o maior projecto fotovoltaico do país, designadamente o parque solar fotovoltaico da Ilha do Sal, considerando-o mais uma aposta

para transformar o país numa referência a nível continental.

INICIATIVAS INTERNAS DE SUSTENTABILIDADE

No âmbito da sustentabilidade ambiental, a profissional indicou que a instituição implementou diversas iniciativas que contribuíram para a redução da pegada de carbono e para a utilização eficiente de recursos. Destacou a instalação de painéis fotovoltaicos no edifício-sede do BAI Cabo Verde que, em conjunto com o parque solar anteriormente mencionado, permitiram, em 2025, uma poupança anual de cerca de quarenta e três mil euros na factura de electricidade, reduzindo o consumo de energia de origem fóssil.

A responsável acrescentou que o banco alargou o seu parque automóvel com a introdução de viaturas eléctricas, representando já 21% do total. Indicou ainda que, no ano de 2026, a instituição prevê alcançar, ainda durante o primeiro semestre, uma proporção de 50% de viaturas eléctricas no seu parque automóvel. Referiu que estas

constituem as principais iniciativas de carácter estrutural no âmbito do pilar Ambiental.

DESEMPENHO DO BAICV E ABORDAGEM PREVENTIVA

Relativamente ao desempenho, fez saber que o BAI Cabo Verde dispõe de um conjunto de produtos já no mercado, bem como de várias medidas internas associadas ao pilar Ambiental do ESG. Questionada sobre os factores que contribuíram para esse desempenho, explicou que a instituição tem adoptado uma abordagem preventiva desde 2022-2023.

Sublinhou, em primeiro lugar, o alinhamento com o Grupo BAI, referindo que, após a casa mãe, o BAI Angola, ter definido a sua política de sustentabilidade, o BAI Cabo Verde procedeu rapidamente à sua adaptação e publicação. Acrescentou que, a nível regulamentar, o banco central de Cabo Verde lançou, em 2024, a primeira consulta pública relativa ao projecto de aviso sobre o regime jurídico da taxonomia e que, em fevereiro de 2026, foi lançada a segunda

consulta pública sobre o projecto do regime jurídico para a taxonomia de sustentabilidade.

A dirigente referiu que o regulamento prevê que, a partir de 1 de Janeiro de 2028, o regime de divulgação da taxonomia se torne obrigatório para todos os bancos e sociedades gestoras de activos sustentáveis. Neste contexto, voltou a sublinhar que a instituição iniciou o seu trabalho de forma preventiva, através do desenvolvimento e da implementação de diversas iniciativas alinhadas com esses princípios, com o objectivo de assegurar que, quando o regime entrar plenamente em vigor, o BAI CV esteja preparado para cumprir integralmente a regulamentação nacional e continue a afirmar-se como um agente activo na promoção da sustentabilidade no país.

PARCERIA COM O GOVERNO E INCENTIVOS

Acrescentou que a criação dos produtos verdes resultou também de iniciativas do Governo de Cabo Verde.

Porém, recordou que o primeiro crédito lançado teve como objectivo apoiar a instalação de sistemas que permitem produzir energia com base em fontes renováveis, tendo essa decisão sido motivada pelos incentivos governamentais dirigidos aos clientes. Nesse contexto, o banco desenvolveu o produto Crédito Energia Verde.

Deina Barros referiu ainda que o mesmo racional esteve na origem do Crédito BAI Mobilidade Eléctrica, pensado em resposta às medidas governamentais de promoção da transição para viaturas eléctricas, permitindo assim acompanhar o programa do Governo, que também introduziu incentivos para os clientes.

BENEFÍCIOS FISCAIS E EXPANSÃO INTERNA

A participante do painel Ambiental, via remota, esclareceu que, em Cabo Verde, os clientes que adquirem viaturas eléctricas beneficiam da isenção



“

A responsável referiu ainda que, com o objectivo de reforçar acções em prol do ambiente, o banco tem estabelecido acordos de parceria estratégica com entidades-chave do sector da produção de energia verde.

”

de impostos e de taxas de desalfandegamento, o que reforçou a pertinência do lançamento de soluções de financiamento para a aquisição desses veículos e de postos de carregamento. Indicou ainda que, a nível interno, o banco prossegue o reforço das suas infraestruturas de produção de energia renovável, prevendo a instalação, ainda durante o primeiro semestre do ano, de dezasseis módulos adicionais de painéis fotovoltaicos, com vista ao aumento da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis. Reiterou ainda que a instituição continua a expandir o seu parque de viaturas eléctricas.

CARÁCTER PREVENTIVO E PREPARAÇÃO PARA FENÓMENOS CLIMÁTICOS

A Directora de *Marketing* do BAI Cabo Verde voltou a sublinhar que o trabalho desenvolvido tem assumido um carácter preventivo. Recordou de seguida que, no final de 2025, Cabo Verde foi afectado por fenómenos climáticos inesperados, nomeadamente tempestades tropicais, tendo o norte do país sido particularmente atingido em agosto e a Ilha de Santiago em dezembro. Neste contexto, ➤

afirmou que a instituição considera estar a dar passos sustentáveis e concretos no sentido de assegurar uma preparação adequada face aos desafios ambientais.

EMISSÃO DE GREEN BONDS

Questionada sobre a possibilidade de o BAI Cabo Verde emitir um *green bond* de acordo com os padrões internacionais, indicou que a instituição acredita estar em condições de o fazer. Referiu que o banco já realizou algumas emissões, embora ainda não especificamente no segmento verde, e manifestou confiança na capacidade de responder a esse desafio.

Deina Barros acrescentou que não aprofundaria a questão técnica das emissões, por não se tratar da sua área directa, mas salientou que, com base na experiência acumulada, o banco se considera preparado.

FOCO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS E TENDÊNCIAS DO PAÍS

A dirigente destacou que, devido à dimensão do país, Cabo Verde não dispõe de barragens, pelo que a aposta em energias renováveis se concentra sobretudo na energia solar e eólica. Salientou ainda que, em 2025, cerca de 37% da energia consumida no país teve origem em fontes renováveis, considerando esse valor um marco relevante. Concluiu que o BAI Cabo Verde se mantém atento e alinhado com essa tendência.

INTERVENÇÃO DA ADMINISTRADORA DA ACADEMIA BAI

Por sua vez, a Administradora Executiva da Academia BAI, Maria João Neto, iniciou a sua intervenção respondendo à questão reactiva as principais conquistas relatadas no primeiro relatório de sustentabilidade do BAI, S.A.

A responsável fez saber que o enquadramento da trajectória de sustentabilidade do banco teve início em 2021 e que a instituição tem dado



Maria João Neto, Administradora Executiva da Academia BAI

passos consistentes nesse domínio. No plano ambiental, explicou que o banco iniciou a monitorização dos consumos, designadamente de energia e água, bem como a redução dos impactos ambientais. Referiu que, na primeira avaliação realizada em 2024, foi estabelecida uma linha de base que permite assegurar a continuidade dessa monitorização. Acrescentou que essa evolução se encontra reflectida no Relatório de Sustentabilidade, o qual está disponível ao público.

Maria João Neto salientou que a publicação do relatório constituiu um marco relevante, por ter reforçado o posicionamento do banco em matéria de sustentabilidade, em particular no domínio ambiental. Acrescentou que estas práticas antecederam a própria definição formal da Estratégia de Sustentabilidade, recordando que, entre 2017 e 2018, já existiam iniciativas de redução do consumo de papel, de energia eléctrica e de água, enquadradas, à época, como medidas de controlo de custos, mas que, na prática, correspondiam já a uma abordagem

sustentável. Manifestou orgulho por esse percurso, sublinhando que muitas das acções desenvolvidas desde então contribuíram para os actuais resultados em sustentabilidade.

INVENTÁRIO DE EMISSÕES

E ENERGIA FOTOVOLTAICA

Recordou ainda que, em 2025, o banco realizou o seu primeiro inventário de gases com efeito de estufa e procedeu à primeira medição da pegada de carbono, limitada ao âmbito um, explicando que este processo decorre de forma faseada, gradual e devidamente estruturada.

Indicou também que, em 2021, o banco iniciou a introdução de energia fotovoltaica em alguns centros de autoatendimento, contando actualmente com dez unidades totalmente abastecidas por energia solar, e que existe uma previsão de crescimento de 10% para 2026, admitindo, contudo, que esse valor poderá ser superado, tendo em conta o ritmo de execução da instituição.

FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO

Relativamente ao financiamento sustentável, Maria João Neto referiu tratar-se de uma área em que a instituição se encontra em fase de capacitação, com vista à sua entrada no mercado de forma sólida. Revelou que já foi estabelecida uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para apoiar esse processo de capacitação e o desenvolvimento de uma estrutura adequada.

A Administradora Executiva da Academia BAI acrescentou que existe a ambição de o banco se tornar o primeiro a emitir *green bonds*. Salientou ainda que, entre os principais marcos, se inclui o início da análise da gestão do risco ambiental, com base numa matriz desenvolvida anteriormente, mas que continua a ser aperfeiçoada, de modo a melhor servir a sociedade.

SUSTENTABILIDADE NOS PRODUTOS E CULTURA ORGANIZACIONAL

Em resposta à questão do moderador Giza Martins sobre a incorporação da sustentabilidade ambiental aos produtos existentes, explicou que o trabalho interno em curso, incluindo a integração da sustentabilidade na cultura organizacional, tem sido conduzido com prudência, atendendo ao facto de se tratar de um tema ainda em fase de aprendizagem para muitas pessoas.

Adiantou que a instituição procura reforçar este tema internamente, sublinhando que, à semelhança do princípio adoptado no BAI Angola (BAI, S.A) de que todos são comerciais, independentemente da área em que actuam, o mesmo se aplica à sustentabilidade.

PROMOÇÃO EXTERNA DA SUSTENTABILIDADE

Acrescentou que, para promover a sustentabilidade externamente, é essencial que exista conhecimento



interno sólido. Indicou ainda que a estratégia do banco contempla a promoção da temática ambiental junto dos clientes, com especial enfoque em segmentos considerados críticos, estando previstas diversas iniciativas por parte da direcção de *marketing* com esse objectivo. No que respeita

“

Fez saber também que, nesta fase, o objectivo do banco consiste em afirmar-se como líder na promoção da sustentabilidade, reiterando a ambição de vir a ser o primeiro a emitir este tipo de obrigações.

”

aos *green bonds*, salientou que a instituição prossegue o seu processo de capacitação.

PERGUNTA DA PLATEIA E RESPOSTA DA ORADORA DO PAINEL AMBIENTAL

Quanto à questão colocada por Romão Chitunda, estudante finalista do ISAF - Instituto Superior de Administração e Finanças, sobre a forma como o banco pretende posicionar-se como referência regional em finanças sustentáveis, num contexto em que a transição energética constitui também uma oportunidade de liderança económica para Angola, a Administradora Executiva da Academia BAI respondeu que, no âmbito ambiental, o enfoque recai sobre os instrumentos “*green*”, centrados essencialmente na eficiência energética.

Recordou também que, no debate, foi abordado o tema do *greenwashing*, sublinhando a importância de

assegurar que a emissão de *green bonds* implica a afectação dos recursos a projectos efectivamente verdes, sob pena de se incorrer nessa prática. Acrescentou que a posição da instituição assenta numa abordagem gradual, baseada na aquisição de competências sólidas, de modo a garantir segurança e rigor nas decisões.

ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR E LIDERANÇA

Maria João Neto destacou ainda a relevância do enquadramento regulamentar, referindo que as instituições financeiras necessitam de orientações claras para definir o seu posicionamento. Fez saber também que, nesta fase, o objectivo do banco consiste em afirmar-se como líder na promoção da sustentabilidade, reiterando a ambição de vir a ser o primeiro a emitir este tipo de obrigações.

INTRODUÇÃO E PAPEL DA ÁUREA NO MERCADO

Para a ÁUREA – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A., o moderador do painel Ambiental “E” do ESG, Giza Martins perguntou: **qual na vossa opinião são as oportunidades para a instituição no mercado angolano?** Em resposta, o Director Coordenador da empresa, começou por referir que a empresa tem tido um papel preponderante no mercado financeiro, liderando quase todas as emissões que foram feitas até então, sejam elas de capital ou de dívida. O responsável acrescentou que a ÁUREA e o Banco BAI, S.A. têm efectivamente assumido uma grande preponderância no que é o mercado de capitais actualmente em Angola.

SUSTENTABILIDADE E PREOCUPAÇÕES ESG

O dirigente prosseguiu afirmando que o tema da sustentabilidade é efectivamente uma matéria que lhes suscita alguma preocupação, uma vez que, nos dias de hoje, já sofrem, ou pelo menos já sentem, que muitos investidores, nomeadamente internacionais,



Samuel Franco, Director Coordenador (ÁUREA, SDVM)

olham para a questão ESG. Referiu ainda que, com a última emissão que o BAI realizou recentemente, e que foi muito bem-sucedida, já surgiram questões reactivamente à componente ESG e à posição do BAI face a estes temas.

Samuel Franco clarificou que o BAI, actualmente, tem uma postura muito orientada para o cumprimento destas obrigações, salientando que é necessário que exista um incentivo por parte do Estado. O profissional salientou que é necessário haver um compromisso para que as coisas aconteçam, mas que também é preciso existir algum tipo de incentivo, dando como exemplo o que já aconteceu em Cabo Verde, onde houve incentivos ao mais alto nível, do Estado, para que se conseguisse concretizar essas iniciativas.

BINÓMIO INVESTIDOR E COLOCADOR

Referiu ainda que, ao abordar o binómio investidor e colocador, importa perceber, acima de tudo, que, na ausência desses incentivos, surge um

problema: o investidor não investirá num produto verde sabendo que este apresenta uma taxa de rentabilidade inferior à de outros produtos disponíveis no mercado. Acrescentou que esta análise tem de ser feita, explicando que, ao colocar um produto verde, cumpre-se a vertente ambiental e outros requisitos, mas é igualmente necessário considerar o que está do outro lado, isto é, o cliente.

Samuel Franco observou que um investidor poderá questionar por que razão aplicaria o seu dinheiro para obter apenas dez por cento de retorno num produto verde, quando existem outras oportunidades no mercado que oferecem vinte por cento, por exemplo. Por isso, defende que é necessário aliviar esta questão. O responsável considerou que é precisamente neste ponto que deve existir algum tipo de apoio, para que se compreenda efectivamente que se está a contribuir para o planeta e para a sustentabilidade, em linha com os objectivos propostos, mas sem ignorar que o cliente final fará sempre uma ponderação entre diferentes níveis de rentabilidade.

“

Nós temos tido várias interações com clientes internacionais que buscam este tipo de investimento, embora também já tenhamos identificado que existem algumas adversidades reactivamente, isto é, sempre os governos que acabam por mandar nisto.

”

Apelou também que, na economia actual, tendo em conta a inflação existente, é necessária uma grande sensibilização para que estes produtos consigam afirmar-se.

PROCURA POR PRODUTOS VERDES E EXEMPLO INTERNACIONAL

Sobre a questão do moderador do painel, Giza Martins, se existe procura por produtos desta natureza, Samuel Franco respondeu: “Existe. Nós temos tido várias interações com clientes internacionais que buscam este tipo de investimento, embora também já



tenhamos identificado que existem algumas adversidades reactivamente, isto é, sempre os governos que acabam por mandar nisto”, atirou.

Deu como exemplo o facto de a *BlackRock*, uma das maiores gestoras de activos

do mundo, ter deixado de investir em produtos verdes, sublinhando que é necessário compreender exactamente o que está a acontecer e definir uma orientação clara. Acrescentou que os objectivos são positivos e correspondem ao que se pretende alcançar, mas que é fundamental haver direcção, considerando esse aspecto importante.

Concluiu que todos devem trabalhar para o mesmo fim e que não pode haver opiniões divergentes, afirmou o director coordenador da ÁUREA.

PREPARAÇÃO DO MERCADO ANGOLANO PARA GREEN BONDS

Por outro lado, a estudante do Instituto Superior de Administração e Finanças (ISAF), Dalva Filipe, questionou-lhe: em que medida, de forma prática, o mercado de capitais angolano está preparado para estruturar, emitir e negociar os instrumentos referidos, nomeadamente a *green bonds*, bem como outros, como o *social bonds* ou *sustainability-linked bonds*?

Samuel Franco respondeu: “Temos de perceber uma coisa: um *green bond* não é diferente de uma obrigação que já exista no mercado. Juridicamente, um *green bond* não é diferente de uma obrigação emitida por outra instituição. Tem de cumprir, ou pelo menos procurar cumprir, um determinado propósito. Se temos condições em Angola para o fazer? Sim, temos. Existe legislação e formas de regulamentar. Temos a Comissão do Mercado de Capitais (CMC), que é a entidade que regula o sector, a Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), enquanto agente de mercado, e nós, enquanto intermediários financeiros. Claro que existem condições. Conseguimos fazer com que isto aconteça e, provavelmente, o BAI pode vir a ser o pioneiro numa emissão deste género. Mas sim, a resposta é que temos condições para o fazer. Atenção que um *green bond* não é algo diferente de uma obrigação. Tem um nome mais pomposo, é verdade, mas as condições são, no essencial, iguais para todos”, finalizou. ●

INCLUSÃO FINANCEIRA, EDUCAÇÃO E IMPACTO COMUNITÁRIO

No âmbito da 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, realizada em março deste ano na sala multifunções da Academia BAI, destacou-se o painel Social do pilar S do ESG, com o tema “Inclusão financeira, educação e impacto comunitário”, um dos momentos de maior relevância do debate.



Da esquerda para direita: Painel Social S: Tchissola Mosquito, Administradora (FBAI), Albertina Napita, Directora (NOSSA Seguros), Noelma de Abreu, PCA (ABAI), Nuno Veiga, PCE (Pay4all), Sérgio Calundungo, moderador do painel Social

Ob condução do moderador Sérgio Calundungo, o painel Social contou com a participação do Presidente da Comissão Executiva da Pay4all, Nuno Veiga, da Presidente do Conselho de Administração da Academia BAI, Noelma de Abreu, da Directora da NOSSA Seguros, S.A., Albertina Napita, e da Administradora da Fundação BAI, Tchissola Mosquito.

Entretanto, o moderador, Coordenador do Observatório Político e Social de Angola, abriu o debate com uma pergunta dirigida ao PCE da Pay4all – Prestadora de Serviços de Pagamentos, S.A, focada na gestão da actividade de pagamentos móveis, carteiras digitais e outras actividades financeiras não bancárias.

CONTRIBUIÇÃO DO PCE DA PAY4ALL

Nuno Veiga começou por responder à pergunta do moderador sobre a forma como a empresa demonstra, com dados concretos, que a digitalização dos pagamentos se traduz em inclusão financeira real e não apenas em eficiência tecnológica, bem como sobre como demonstra que se trata de uma poderosa ferramenta de inclusão financeira.

Afirmou que os números não são apenas da empresa, referindo que o Banco Nacional de Angola (BNA) tem publicado dados sobre inclusão financeira e que, para os mais atentos, é possível verificar – não sabendo se já foi publicado – uma estatística muito

interessante do KWiK, plataforma onde estão presentes todas as instituições financeiras, bancárias e não bancárias. Indicou que, através desses dados, se consegue perceber que, no último ano, os volumes transaccionados, principalmente por instituições financeiras não bancárias, chegam, em algumas situações, a superar os de muitos bancos.

Nuno Veiga salientou que existem outros sistemas de pagamento, como o Multicaixa, mas destacou que, especificamente no único sistema existente em Angola que interliga todos os operadores do sistema financeiro, existem pelo menos três operadores, entre os quais a Pay4all. Referiu que estes operadores actuam em nichos de mercado onde tradicionalmente

“

Acrescentou, referindo que o sistema informal é bastante organizado, existindo grossistas e distribuidores retalhistas, bem como um conjunto de pessoas responsável pela recolha do dinheiro no sector informal e pela entrega aos produtores.

”

não existiam serviços, encontrando-se actualmente em operação com volumes muito relevantes.

E-KWANZA E TRANSACÇÕES NO MOBILE MONEY

No caso da Pay4all, explicou que, através do e-Kwanza, produto estruturante para o *Mobile Money*, a empresa começou a apurar dados em meados de outubro de 2025 e que, até ao final de fevereiro de 2026, já tinha transaccionado 1,4 mil milhões de kwanzas. Fez saber ainda que 30% deste valor provém dos mercados, salientando a dimensão significativa deste montante, e esclareceu que não se trata de mercados compostos por



Nuno Veiga, PCE da Pay4all

peças bancarizadas, mas sim por pessoas que anteriormente tinham de recorrer a serviços financeiros bancários para adquirir determinados serviços.

Acrescentou, referindo que o sistema informal é bastante organizado, existindo grossistas e distribuidores retalhistas, bem como um conjunto de pessoas responsável pela recolha do dinheiro no sector informal e pela entrega aos produtores. Nuno Veiga acrescentou que muitos produtores não estavam em Luanda, mas sim no Huambo e em Benguela. Referiu que essas pessoas, apesar de não estarem directamente incluídas no sistema bancário, tinham cálculos definidos. Explicou que existia um ponto no sistema financeiro em que ponderavam depositar no banco A ou B, acrescentando que esse dinheiro passou a ser transaccionado através da Pay4all.

IMPACTO NA SEGURANÇA E CONFIANÇA FINANCEIRA

O PCE esclareceu que, no que dizia respeito à inclusão, o principal contributo foi a segurança. Sublinhou que se tratava essencialmente de senhoras muito batalhadoras, mas bastante expostas

devido aos volumes que tinham de transaccionar diariamente. Fez saber também que o primeiro impacto consistiu em transmitir confiança, uma vez que, pela proximidade da Pay4all — que estava presente nos mercados que elas frequentavam —, encontravam um contentor cor de laranja e reconheciam a presença constante, faça chuva ou sol, confiando assim na empresa.

Nuno Veiga afirmou que essas senhoras começaram a levar os seus fundos e a efectuar depósitos, passando posteriormente a integrar o sistema financeiro. O dirigente esclareceu que o impacto real foi a protecção financeira e o reforço da segurança dessas mulheres, acrescentando que se verificou também uma redução dos tempos de pagamento entre elas e os fornecedores, o que aumentou a confiança e conduziu a um maior volume de transacções.

O dirigente reforçou que a prova disso residia no facto de, recentemente, se ter triplicado a frequência das operações de recolha e movimentação de valores, devido ao elevado volume de depósitos, sobretudo no mercado do Quilómetro 30, no município do Sequele. Referiu ainda que, nos últimos

meses, a Pay4all passou também a estar presente nos mercados do Kicolo e da Quissala. Porém, afirmou que a Pay4all procurou estar presente em mercados que fazem a diferença, designadamente os chamados mercados abastecedores das províncias de Angola.

O responsável da empresa referiu que outro pormenor muito importante foi criar o hábito da poupança como forma de investimento mais seguro, explicando que, como as senhoras não tinham onde guardar dinheiro, tinham de efectuar compras e aquisições de produtos em prazos muito curtos, o que dificultava a negociação de preços. Referiu que, ao começarem a fazer depósitos, passaram a conseguir juntar valores maiores e, ao negociar, conseguiam obter melhores condições. O PCE admitiu que não existem dados específicos para partilhar, mas acreditava que alguns preços nas casas da empresa não subiram tanto porque essas clientes conseguiam comprar melhor.

INCLUSÃO DE JOVENS E LITERACIA FINANCEIRA

Nuno Veiga acrescentou que a Pay4all também tem dado atenção aos jovens, pois acredita muito no seu potencial. Referiu que, nos últimos dois anos, a empresa tem desenvolvido várias iniciativas, principalmente em colaboração com a Associação de Estudantes das Universidades Privadas, em feiras de empreendedorismo, com o objectivo de partilhar formas seguras de ganhar dinheiro. O responsável explicou que, ao mesmo tempo, a necessidade de recrutar agentes para o negócio proporcionou aos jovens uma fonte de rendimento que não prejudica a sua formação académica e oferece alguma segurança para ajudar os familiares. Destacou que a maioria dos universitários possui uma literacia financeira bastante evoluída em relação à restante população, podendo transmitir às suas famílias e comunidades formas de criar poupança, gastar, pagar e utilizar dinheiro não físico de forma segura. Reforçou também que



este é um processo contínuo e que a Pay4all tem parcerias com instituições de grande dimensão que cobrem o país inteiro, incluindo a Associação dos Escuteiros no final de 2025.

APOIO LOGÍSTICO E SOCIAL A ESCUTEIROS

“São mais de vinte mil escuteiros. Eles têm um propósito muito social e comunitário, e a Pay4all tem apoiado a sua actividade. Como a actividade dos escuteiros não pode ser remunerada, a empresa apoia logisticamente as suas acções. Desta forma, eles prestam um serviço à sociedade e também à empresa, ao partilhar informação importante sobre literacia financeira e explicar como os produtos da Pay4all podem ajudar. Ao mesmo tempo, a empresa ajuda-os a expandir o seu âmbito de actuação pelo país inteiro”, esclareceu.

CAPTAÇÃO DE CLIENTES E IMPACTO ECONÓMICO

Nuno Veiga afirmou que, nos últimos meses, a Pay4all conseguiu atingir níveis de captação elevados com equipas muito reduzidas. Registaram-se nove mil clientes, dos quais noventa por cento não tinham conta bancária. Ele afirmou que, mais uma vez, a empresa está a ter impacto porque estão a trazer as pessoas para o sistema, a criar segurança, a estabelecer princípios de poupança e, naturalmente, a apoiá-las nos seus investimentos. “Uma nota: quanto à viabilidade económica, ainda não estamos lá, vamos ser sinceros! Para sermos economicamente viáveis, alguns princípios e políticas têm de ser alterados”, reconheceu.

LIMITAÇÕES DO ECOSISTEMA E NIF

Por outro lado, o PCE da Pay4all disse que, como é também o director-geral da Associação das PSPs, o organismo chegou a apresentar o NIF ao BNA, mas que existiam pequenas alterações que teriam de ser feitas para transformar todo o ecossistema. “Enquanto o ecossistema não mudar, surgem limitações devido aos volumes necessários. Uma marca precisa de grandes volumes, e quando há pessoas que não conseguem obter bilhete de identidade, e sem bilhete de identidade não têm NIF, e sem NIF não têm acesso a microcrédito, o processo torna-se inviável”, alertou.



Da esquerda para direita: Painel Social S: Tchissola Mosquito, Administradora (FBAI), Albertina Napita, Directora (NOSSA Seguros), Noelma de Abreu, PCA (ABAI), Nuno Veiga, PCE (Pay4all), Sérgio Calundungo, moderador do painel

PERSPECTIVAS PARA 2026

No entanto, o dirigente destacou o grande esforço do Banco Central e também da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, e manifestou a sua crença de que 2026 seria um ano diferente, com o aparecimento das primeiras PSPs com projectos viáveis.

DESEMPENHO DA PAY4ALL E EVOLUÇÃO DO MOBILE MONEY

De acordo com Nuno Veiga, a Pay4all já se encontra em resultado positivo, “mas, honestamente, ainda não está no *Mobile Money*. Contudo, trata-se de um processo. Costuma dizer-se que o caminho faz-se caminhando, e acreditamos que o país, assim como está a abrir os olhos para este tema, também irá abrir para a inclusão financeira e encarar a área de forma diferente”, realçou.

MATURIDADE E ESTRATÉGIAS DO GRUPO BAI

Nuno Veiga afirmou que, como um dos filhos mais novos do Grupo BAI, a Pay4all, apesar de terem pouco mais de dois anos de actividade, a experiência mostra que, como em tudo, é necessário algum grau de maturidade. Explicou que já possuem exemplos muito práticos: em várias áreas, existe o que chamam de “colégio de harmonização”, ou seja, estratégias comuns que são depois convertidas em programas com acções concretas.

“**Uma nota: quanto à viabilidade económica, ainda não estamos lá, vamos ser sinceros! Para sermos economicamente viáveis, alguns princípios e políticas têm de ser alterados”, reconheceu.**”

ALINHAMENTO EM COMPLIANCE E CIBERSEGURANÇA

Referiu ainda que, na área do *compliance*, desde o Tejo até ao rio Cunene, todas as empresas do grupo têm um alinhamento das práticas, princípios e abordagens relacionadas com *compliance*, gestão de risco, sistemas de informação e cibersegurança. Sublinhou que, enquanto grupo financeiro, e considerando que a maioria dos membros provém da indústria financeira, têm integrado

nas políticas internas os princípios do grupo para a cibersegurança, gestão de sistemas de informação, arquiteturas e outras áreas relacionadas.

CULTURA DE SUSTENTABILIDADE NO GRUPO BAI

Nuno Veiga acrescentou que, neste momento, ao analisarem todos os planos estratégicos das empresas do Grupo BAI, verificam que contêm iniciativas nos diferentes eixos, não por se tratar de uma moda, mas porque sentem que é importante e desejam ter impacto social, governança transparente e práticas económicas amigas do ambiente. Estas práticas já fazem parte da cultura do grupo e reflectem-se na actuação de cada membro na sua especialidade.

PRÓXIMOS PASSOS E INCLUSÃO FINANCEIRA

Quanto ao futuro, o dirigente indicou que o próximo passo será realizar alguns alinhamentos. Explicou que estão a trabalhar de forma mais directa na inclusão financeira, pelo que faz sentido alinhar os produtos que a seguradora está a desenvolver, de modo a criar mais valor. Acrescentou que também será importante alinhar com os *outputs* da Academia BAI e do ISAF – Instituto Superior de Administração e Finanças – preparando pessoas que possam ajudar a operacionalizar estas iniciativas.

FORMALIZAÇÃO DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Acrescentou que o grupo se aproxima de um momento em que provavelmente surgirá um colégio de harmonização ou outro tipo de arranjo formal, permitindo perceber que, para além de fazerem parte do mesmo grupo, as práticas estão devidamente alinhadas. Nuno Veiga salientou que, se não for em 2026, será no próximo ano que demonstrarão, numa conferência, como se encontra esse alinhamento e a materialização desta intenção. Enfatizou que, se todos os princípios estão plasmados de forma transparente nos planos estratégicos e nas acções do grupo, isso já



Da esquerda para direita: Albertina Napita, Directora (NOSSA Seguros), Noelma de Abreu, PCA (ABAI), Nuno Veiga, PCE (Pay4all)

demonstra progresso. Contudo, considera importante avançar nesta fase para uma formalização do alinhamento.

CONTEXTO E COMPROMISSO DA ACADEMIA BAI COM A SUSTENTABILIDADE

A Presidente do Conselho de Administração da Academia BAI (ABAI), Noelma de Abreu, na sua primeira intervenção, respondeu à questão do moderador do painel Social sobre o que a instituição tem feito em termos de impacto para que o pilar Social deixa de ser apenas um discurso e passa a ser um critério efectivo nas finanças.

A responsável destacou que o próprio contexto do BAI, enquanto banco, já demonstra um compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento do país ao ter a iniciativa e visão de criar uma instituição de ensino. Ao fazê-lo, a Academia BAI estaria, portanto, a contribuir de forma concreta para a economia e o desenvolvimento, dando um sinal claro de responsabilidade social e de vontade de gerar impacto positivo.

A responsável referiu, por outro lado, que o contexto angolano apresenta aspectos importantes a considerar, lembrando que já existiu o Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-2020 e, actualmente, vigora o instrumento Angola Capital Humano 2023-2037. Este último possui sete programas de acção,

nos quais a Academia BAI contribui em quase todos.

ÁREAS DE FORMAÇÃO: TÉCNICO-PROFISSIONAL, GRADUADA, PÓS-GRADUADA E EMPREENDEDORISMO

Relativamente ao ensino técnico ou profissional, embora não seja exactamente a área principal da Academia, existem algumas acções de formação que se enquadram neste domínio. Quanto à formação profissional, esta constitui a base da criação da instituição. Em relação à formação graduada, o Instituto Superior da Academia oferece licenciaturas, prestando contributos relevantes. Segue-se a formação pós-graduada, que inclui investigação científica e outros tipos de estudos, bem como a formação de professores e formadores, a formação na Administração Pública e Municipal, e, a formação em empreendedorismo e desenvolvimento empresarial.

INTEGRAÇÃO DA FORMAÇÃO COMPORTAMENTAL E ÉTICA

Noelma de Abreu afirmou que, ao analisar os sete programas de acção do instrumento Angola Capital Humano, a Academia BAI não só contribui para a qualificação ao nível da formação profissional, com o número de formandos inicialmente previstos e com foco na formação técnica, como também reconheceu, desde 2015-2016, a importância

de incluir a formação comportamental e o desenvolvimento de competências nesta área, assente num elemento muito relevante. Para esse efeito, tanto o professor José Octávio como o professor António Mongo participaram na introdução da formação em ética em quase todos os programas da Academia, abrangendo desde os cursos de iniciação bancária e assistentes de clientes até aos programas executivos. A responsável salientou que esta iniciativa visou trabalhar os aspectos relacionados com a atitude perante o mundo e os outros, considerando-o igualmente relevante.

QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA E COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A PCA da Academia BAI reforçou que, além da formação profissional, a instituição também assegura a qualificação académica dos seus estudantes. Recordou que, em 2017, a Academia BAI iniciou com apenas 320 estudantes e duas licenciaturas. Em 2025, colocou no mercado de trabalho 286 licenciados, um resultado do qual se sentem muito orgulhosos. Sublinhou que, por um lado, a Academia forma profissionais e, por outro, contribui para a sociedade nessas dimensões.

Acrescentou que a Academia BAI introduziu ainda uma dimensão de educação e sensibilização, através de programas gratuitos destinados a questionar os participantes sobre o seu futuro e as suas prioridades, inspirando-se nas ideias do filósofo Erich Fromm sobre “ter ou ser”. Reforçou que a Academia considerou importante incentivar o “ser” e, para isso, criou uma sequência de conceitos como ser líder, ser cidadão, ser proactivo, que contribuem para a formação integral dos participantes.

LIDERANÇA INCLUSIVA E PROGRAMA WOMEN ON BOARDS

Noelma de Abreu referiu que programas como Liderança Inclusiva e Sustentável, dirigidos a governantes do país, e o programa *Women on Boards*, focado

na inclusão feminina, resultaram numa comunidade com mais de trezentas mulheres. Este projeto pretende apoiar tanto aquelas que ainda necessitam de desenvolver competências para alcançar funções de liderança nas empresas, como aquelas que já ocupam essas posições, incentivando-as a ajudar outras a percorrer o mesmo caminho.

IMPACTO DOS PROFISSIONAIS FORMADOS E CONTEXTO POPULACIONAL

A responsável da Academia BAI considerou que, actualmente, na economia das instituições de ensino superior, colocar no mercado duzentos ou trezentos profissionais tem impacto e já altera atitudes, e que essas atitudes abrangem todos os aspectos que estavam a ser discutidos. No entanto, salientou que, tendo em conta que a população total em Angola é de trinta e seis a trinta e oito milhões, a população estudantil universitária representa apenas trezentos e sessenta e seis mil estudantes, quase um por cento da população. Destacou ainda que, na região da África subsaariana, demora-se cerca de cinco anos para entrar no mercado de trabalho, “e os nossos estudantes, sessenta e oito por cento, já estão empregados, que é um bom sinal”, assegurou.

FORMAÇÃO COMPORTAMENTAL E INDICADORES DE MEDIÇÃO

A PCA da Academia BAI, Noelma de Abreu, afirmou que, ao fazer referência a certos termos, introduziu diversos programas de carácter comportamental para os estudantes e, mesmo na formação profissional, incluiu módulos voltados para atitudes e a forma como as pessoas lidam com esses aspectos. Destacou que esses conteúdos não se restringem apenas à governança, mas também visam capacitar os alunos a tomar decisões de maneira socialmente responsável, com empatia suficiente para se preocupar com os outros, além de criar indicadores para medir essas competências. A dirigente acrescentou que tais iniciativas foram incorporadas nos módulos de formação e em ou-



Da esquerda para direita: Moderador do Painel Social, Sérgio Calundungo, Tchissola Mosquito, Administradora (FBAI), Albertina Napita, Directora (NOSSA Seguros), Noelma de Abreu, PCA (ABAI), Nuno Veiga, PCE (Pay4all),

tros contextos. “Aquilo que muito nos orgulha e nos deixa felizes é quando ouvimos dizer que os nossos alunos são educados, comunicam bem e preocupam-se com os outros. Tenho um áudio belíssimo da Bastonária da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas a falar disso, nomeadamente sobre a inserção de alunos nossos em empresas de consultoria dessas multinacionais”, frisou.

Fez saber também que esse é um dos elementos que têm procurado acompanhar no Relatório de Gestão e Contas e no Relatório de Sustentabilidade que já elaboram, procurando medir e criar esses dados. No entanto, destacou que isso exige um estudo mais aprofundado do que aquele para o qual actualmente dispõem de tempo, razão pela qual evita fazer afirmações sem ter dados mais consistentes. Acrescentou que a preocupação existe, que os dados têm vindo a ser recolhidos e medidos. Porém, manifestou a convicção de que, dentro de um ou dois anos, poderão apresentá-los com mais propriedade.

SELECÇÃO DE PROGRAMAS E EIXO COMUM NA GESTÃO

A PCA da Academia BAI afirmou que para além dos instrumentos anteriormente referidos, a própria formação ministrada pela instituição desempenha um papel

essencial, sendo os programas cuidadosamente seleccionados. Indicou, como exemplo, programas como o *Business Management Program*, formações em boas práticas de gestão, o MBA em Gestão em Saúde e o MBA em *Soft Skills*, salientando que todos integram um eixo comum centrado na gestão.

DIMENSÕES TÉCNICAS E DE GOVERNAÇÃO NA FORMAÇÃO

Explicou também que, embora alguns programas incidam sobre uma vertente mais técnica da gestão, incluindo aspectos relacionados com a prestação de contas e a qualidade do reporte financeiro e contabilístico, outros abordam igualmente dimensões como a comunicação, o *marketing*, a interação com reguladores e o cumprimento das obrigações perante o Estado. Segundo referiu, todos estes aspectos estão directamente ligados à governação, à qualidade da gestão e, sobretudo, ao padrão de funcionamento e rigor que a instituição pretende assegurar no contexto do ensino superior.

EXIGÊNCIA DE QUALIDADE DE INFORMAÇÃO E REPORTE

Noelma de Abreu sublinhou ainda que, devido à ligação ao banco e ao facto de a Academia ser uma participada, existe um nível de exigência superior

em termos de qualidade de informação e reporte, comparativamente a outras instituições. Acrescentou que a instituição dispõe de contas auditadas, de reporte financeiro estruturado e de uma Assembleia Geral realizada em data definida.

Destacou também a importância da cultura organizacional, que descreveu de forma simples como sendo o modo como as coisas são feitas na instituição, defendendo que todos devem actuar de acordo com um padrão comum. Nesse sentido, identificou três aspectos fundamentais: em primeiro lugar, o papel dos líderes de topo como modelos de referência; em segundo, os critérios de recrutamento, nomeadamente o padrão de qualidade, as expectativas e o comportamento ético e técnico exigido aos colaboradores; e, em terceiro lugar, os rituais simbólicos.

PROGRAMA DE BOLSAS DE MÉRITO E REDE DE TUTORES

Referiu ainda que o programa de Bolsas de Mérito, criado no ISAF, tem vindo a crescer, tendo sido inicialmente impulsionado pelo BAI, mas contando actualmente com a participação de outras empresas e indivíduos, bem como com uma rede de tutores que contribuem para a inclusão de estudantes que, de outra forma, não teriam acesso ao ensino. Informou que, neste momento, existem setecentos e sessenta bolseiros, todos com acesso igual aos programas.

A painelistista frisou também que estas iniciativas contribuem para o fortalecimento da instituição e para a sua afirmação enquanto organização de referência.

De acordo com a dirigente, embora alguns programas incidam sobre uma vertente mais técnica da gestão, incluindo aspectos relacionados com a prestação de contas e a qualidade do reporte financeiro e contabilístico, outros abordam igualmente dimensões como a comunicação, o *marketing*, a interação

“

Segundo referiu, todos estes aspectos estão directamente ligados à governação, à qualidade da gestão e, sobretudo, ao padrão de funcionamento e rigor que a instituição pretende assegurar no contexto do ensino superior.

”

com reguladores e o cumprimento das obrigações perante o Estado. Segundo referiu, todos estes aspetos estão directamente ligados à governação, à qualidade da gestão e, sobretudo, ao padrão de funcionamento e rigor que a instituição pretende assegurar no contexto do ensino superior.

Além disso, sublinhou ainda que, devido à ligação ao banco e ao facto de a Academia ser uma participada, existe um nível de exigência superior em termos de qualidade de informação e reporte, comparativamente a outras instituições. Acrescentou que a Academia BAI dispõe de contas auditadas, de reporte financeiro estruturado e de uma Assembleia Geral realizada em data definida.

REAFIRMAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL E TRÊS ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Destacou também a importância da cultura organizacional, que descreveu de forma simples como sendo o modo como as coisas são feitas na instituição, defendendo que todos devem actuar de acordo com um padrão comum. Nesse sentido, identificou três aspectos fundamentais: em primeiro lugar, o papel dos líderes de topo como modelos de referência; em segundo, os critérios de recrutamento, nomeadamente o padrão de qualidade, as expectativas e o comportamento ético e técnico exigido aos colaboradores; e, em terceiro lugar, os rituais simbólicos.

Referiu ainda que o programa de Bolsas de Mérito, criado no ISAF, tem vindo a crescer, tendo sido inicialmente impulsionado pelo BAI, mas contando actualmente com a participação de outras empresas e indivíduos, bem como com uma rede de tutores que contribuem para a inclusão de estudantes que, de outra forma, não teriam acesso ao ensino. Informou que, neste momento, existem setecentos e sessenta bolseiros, todos com acesso igual aos programas.

Noelma de Abreu concluiu que estas iniciativas contribuem para o fortalecimento da instituição e para a sua afirmação enquanto organização de referência.

PARTICIPAÇÃO DA NOSSA SEGUROS NO PAINEL SOCIAL

A Directora de Saúde, Vida e Pensões da NOSSA Seguros, Albertina Napita, respondeu inicialmente à questão colocada pelo moderador do painel, Sérgio Calundungo, sobre a forma como os produtos da empresa reduzem a vulnerabilidade de famílias e pequenas empresas em Angola.

O SEGURO COMO INSTRUMENTO DE PROTECÇÃO SOCIAL

Na sua intervenção explicou que o seguro, na sua forma tradicional, constitui um instrumento de protecção social, com a função de transferir e gerir riscos, protegendo a comunidade em geral e



Tchissola Mosquito, Administradora (FBAI) e Albertina Napita, Directora (NOSSA Seguros)

as empresas em situações de perdas, como doenças, prejuízos económicos ou mesmo perda de vida, circunstâncias que deixam muitas famílias em situações de elevada vulnerabilidade económica e financeira.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE E BOA GOVERNAÇÃO

Albertina Napita acrescentou que a NOSSA Seguros, no âmbito da sua estratégia, segue princípios claros relacionados com a sustentabilidade, a boa governação e o impacto social. Referiu ainda que, por ser a maior seguradora privada de Angola, a empresa assume essa responsabilidade de forma reforçada.

Relativamente às acções concretas, indicou que a empresa tem desenvolvido soluções customizadas, com custos acessíveis, adaptadas às necessidades específicas de diferentes segmentos e sectores da economia angolana, incluindo os sectores dos transportes, agrícola e informal.

INCLUSÃO DO SECTOR INFORMAL COMO ÁREA DE RESPONSABILIDADE

A painelistas referiu que o seguro, tradicionalmente, oferece protecção às

“

Desde o ano passado temos vindo a divulgar amplamente este produto, esta solução dedicada à vida da mulher. Sabemos que uma das doenças que mais afecta a mulher actualmente é o cancro.

”

peças inseridas no sector formal e financeiro, mas que uma parte significativa da população se encontra no

sector informal. Nesse sentido, acrescentou que a NOSSA Seguros passou também a considerar este segmento como uma área de responsabilidade, com o objectivo de garantir essa protecção. Foi ainda destacado que os produtos desenvolvidos visam dar resposta imediata às situações específicas enfrentadas por esses segmentos.

PARCERIAS COM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS (TAXISTAS E MERCADO INFORMAL)

Albertina Napita referiu que, numa fase inicial, a NOSSA Seguros procurou alcançar estes mercados e segmentos da população através de parcerias específicas com associações profissionais. Indicou, a título de exemplo, que a empresa celebrou protocolos de entendimento com a Associação dos Taxistas e com a Associação dos Vendedores do Mercado Informal, permitindo que os seus membros passassem a beneficiar de um seguro de vida.

PROTECÇÃO DAS FAMÍLIAS EM CASO DE MORTE DO TITULAR

Explicou que estes profissionais estão expostos a diferentes tipos de riscos e que, em caso de morte do titular — muitas das vezes o principal provedor da família —, a NOSSA Seguros disponibiliza, no prazo de 24 a 48 horas, um apoio financeiro às famílias, com o objectivo de assegurar o cumprimento de despesas imediatas, como o funeral, bem como outros encargos urgentes, incluindo a educação das crianças e demais custos associados.

SEGURO AGRÍCOLA PARA O SECTOR AGROPECUÁRIO

Acrescentou ainda que, ao nível da PSIU, uma associação de empresas e cooperativas que actuam no sector agropecuário, a seguradora desenvolveu um seguro agrícola ajustado às necessidades específicas dos seus membros, com um custo acessível, permitindo assegurar protecção em caso de perdas inerentes à actividade agrícola.

FUNDO DE PENSÕES PARA AGRICULTORES E EMPRESAS DO SECTOR

Por outro lado, Albertina Napita afirmou que a NOSSA Seguros também disponibiliza um fundo de pensões, com o objectivo de proteger agricultores e empresas do sector aquando da reforma. Explicou que, tendo em conta o aumento da esperança média de vida em Angola, a empresa pretende assegurar que, em situações de maior longevidade, estes beneficiários disponham de uma reforma adequada. Acrescentou que muitos destes agricultores não se encontram formalmente inscritos no sistema de segurança social, pelo que se torna relevante a existência de um fundo de pensões privado que garanta essa protecção.

Referiu ainda que estas associações reúnem mais de trezentos mil membros, pelo que, através deste tipo de parcerias, se assegura o acesso a soluções de seguros de forma simplificada, com custos reduzidos e coberturas mais alargadas.

No que respeita a um segmento particularmente vulnerável – a população mais idosa –, esclareceu que, durante a vida activa, muitos trabalhadores beneficiam de seguros e outras regalias proporcionadas pelas entidades empregadoras, como o seguro de saúde, mas que, após a reforma, deixam de ter acesso a esses benefícios. Sublinhou também que, no modelo tradicional de seguros, existem limites de idade que dificultam a contratação individual de seguros de saúde a partir dos 65 anos.

SEGURO DE SAÚDE COTA PARA MAIORES DE 65 ANOS

Albertina Napita reforçou também que, para dar resposta a esta realidade em Angola, a NOSSA Seguros desenvolveu o seguro de saúde Cota, que permite às pessoas nessa faixa etária aceder a cuidados de saúde a custos mais acessíveis. “Gostaríamos de falar também sobre o nosso Seguro de Saúde da Mulher. Desde o ano passado



Albertina Napita, Directora (NOSSA Seguros, S.A.)

temos vindo a divulgar amplamente este produto, esta solução dedicada à vida da mulher. Sabemos que uma das doenças que mais afecta a mulher actualmente é o cancro. Tendo isso em conta, a NOSSA desenvolveu o Seguro de Saúde da Mulher, que assegura protecção financeira em caso de diagnóstico de cancro da mama, do colo do útero ou dos ovários”, explicou.

SEGURO DE SAÚDE DA MULHER: PROTECÇÃO FINANCEIRA, NUTRICIONAL E PSICOLÓGICA

Albertina Napita referiu que esta solução também prevê apoio nutricional e psicológico, sublinhando que, em caso de diagnóstico de cancro, não está em causa apenas uma dimensão física, mas também emocional. Acrescentou que, do ponto de vista psicológico, a mulher terá o devido acompanhamento e contará igualmente com o apoio para a reconstrução mamária, caso tal se revele necessário. Salientou ainda que uma parte das receitas deste seguro reverte a favor da Liga Angolana de Luta contra o Cancro, manifestando orgulho na parceria estabelecida com a instituição. Explicou que, através dessa contribuição, asseguram que as iniciativas de prevenção e combate ao cancro possam alcançar níveis mais elevados de impacto.

LITERACIA FINANCEIRA: PROJECTO NAS UNIVERSIDADES

No que respeita à literacia financeira, afirmou que a NOSSA Seguros, S.A., tem dedicado especial atenção a esta área, tendo em conta a sua actuação no sector financeiro. A dirigente da empresa indicou que foi desenvolvido um projecto de literacia financeira nas universidades, o qual já impactou mais de mil e quinhentos estudantes. Referiu ainda que a equipa tem realizado sessões em várias universidades do país, nas quais aborda temas como o dinheiro, a gestão e o planeamento financeiro. Explicou também de que forma os estudantes, ainda nesta fase académica, podem gerar rendimento extra e iniciar hábitos de poupança, incluindo poupança de longo prazo, bem como a importância dos fundos de pensões.

FORMAÇÃO DOS FUTUROS LÍDERES DE ANGOLA

Acrescentou que, embora sejam actualmente estudantes, estes jovens serão os futuros líderes de Angola, dos quais poderão emergir CEOs, ministros ou



Tchissola Mosquito, Administradora da Fundação BAI (FBAI)

até um futuro Presidente da República. Acrescentou que a NOSSA procura dotá-los das ferramentas e do conhecimento necessários para que possam tomar decisões mais acertadas quando ingressarem no mercado de trabalho.

A painelistas referiu que, tendo já sido impactados mais de mil e quinhentos estudantes, cada participante sai das sessões com o compromisso de partilhar os conhecimentos adquiridos com, pelo menos, mais uma pessoa. Explicou que, desse modo, o impacto inicial se multiplica, contribuindo gradualmente para a melhoria dos níveis de literacia financeira em Angola, que considerou ainda reduzidos.

Quanto à pergunta do moderador do painel Social a respeito da viabilidade económica de atender aos sectores mais vulneráveis da sociedade, a Directora da NOSSA Seguros, S.A., Albertina Napita, afirmou que, do ponto de vista de negócio, essa viabilidade existe. Esclareceu que, aquando do lançamento destas soluções, são realizados estudos de viabilidade, garantindo que o preço definido se ajusta aos benefícios disponibilizados às famílias e empresas.

RESULTADOS ALCANÇADOS E COMPROMISSO FUTURO

Em termos numéricos, salientou que já

foram alcançadas mais de mil apólices através das parcerias estabelecidas, reconhecendo, contudo, que ainda há margem para fazer mais. Fez saber também que existem diversos projectos em desenvolvimento e que o compromisso da NOSSA Seguros se mantém na procura contínua de soluções, bem como na sua adequação às necessidades específicas do mercado angolano.

PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRADORA DA FUNDAÇÃO BAI

Perante a pergunta colocada pelo moderador Sérgio Calundungo sobre as iniciativas actualmente desenvolvidas pela Fundação BAI e sobre a forma de aferir, de modo mensurável, o impacto dessas acções para além do valor institucional e reputacional, a Administradora da empresa explicou que o facto de a fundação ter origem num grupo financeiro, como o Grupo BAI, facilita a resposta a essas questões. Tchissola Mosquito, a criação da fundação esteve desde o início associada ao próprio nascimento do banco, o que, no seu entender, demonstra uma intenção clara de retribuir à sociedade tudo o que foi recebido ao longo dos anos. Acrescentou que, enquanto fundação, a instituição analisa, em primeiro lugar, o Plano de Desenvolvimento de Angola antes de definir qualquer estratégia,

elaborando posteriormente o seu plano estratégico com base nas necessidades reais do país.

QUATRO PILARES FUNDAMENTAIS: SAÚDE, EDUCAÇÃO, DESPORTO E CULTURA

A administradora indicou que a actuação da fundação assenta em quatro pilares fundamentais: saúde, educação, desporto e cultura. Destacou o papel central da educação, salientando que esta constitui um elemento essencial para o desenvolvimento de qualquer sector, entendimento que considerou amplamente partilhado, tanto no referido plano como entre os profissionais do terceiro sector.

Explicou ainda que foi reforçada uma componente transversal de educação nos restantes pilares, com enfoque na prevenção, capacitação e transformação, de modo a potenciar o desenvolvimento e assegurar um impacto mensurável nas áreas da saúde, do desporto e da cultura.

Tchissola Mosquito realçou que, no âmbito desses quatro pilares, dispõem de projectos estruturantes que permitem obter dados não só mensuráveis, mas também replicáveis ao longo do tempo. Acrescentou que essa abordagem possibilita alcançar os indicadores pretendidos, sublinhando que existe um interesse generalizado em conhecer os resultados e o nível de investimento realizado em cada sector.

BOLSAS DE MÉRITO: QUASE MEIO MILHÃO DE DÓLARES INVESTIDOS

A dirigente destacou o projecto das bolsas de mérito, explicando que se trata de bolsas de estudo atribuídas a estudantes do Instituto Superior de Administração e Finanças (ISAF).

"Neste momento temos 433 bolseiros, num montante de quase meio milhão de dólares. Portanto, é um valor considerável. Temos cem novos

bolseiros anualmente. É um programa que nos orgulha muito e conseguimos ter dados palpáveis. Olhamos muitas vezes para o terceiro sector e sentimos que não somos compreendidos. O que a fundação não faz, é apoiar esporadicamente projectos ou olhar para a responsabilidade social como a visão do patrocínio pura e dura. Apoiamos sim, projectos, mas queremos que se consiga medir o alcance que isto tem ao longo dos anos”, esclareceu.

A dirigente assegurou que se trata de um trabalho mais desafiante e complexo, mas que é possível quando se compreendem as necessidades reais. Explicou que as bolsas de estudo respondem precisamente a essa necessidade de formação, capacitação e acompanhamento contínuo dos jovens. Acrescentou que, para além da formação académica, os estudantes recebem preparação em voluntariado e participam em diversas actividades ao longo do ano, de forma que, ao terminarem os estudos, não sejam apenas bons profissionais, mas também pessoas preparadas para actuar no mercado de trabalho de forma ética e responsável. A Administradora da Fundação BAI sublinhou ainda que isso é de extrema importância e, por esse motivo, os bolseiros são de mérito; não são apenas bons alunos, mas jovens formados para actuar eticamente no mercado de trabalho. Entretanto, considerou este projecto um dos que mais orgulham a fundação, pois demonstra que o investimento continua a ser essencial nas pessoas, sendo esse impacto directamente perceptível.

BIBLIOTECAS DO CANDENGUE: PROMOVER A LEITURA DESDE A BASE

Referiu também que, para além deste projecto, a fundação desenvolve um programa de promoção da leitura nas escolas públicas, defendendo que, embora o ensino superior seja importante, é essencial actuar desde a base. Explicou que todas as acções se orientam pela informação recolhida no Plano de Desenvolvimento Nacional e que a fundação está presente em es-



colas públicas por todo o país. Criaram bibliotecas designadas **“Bibliotecas do Candengue”**, que funcionam com programas diários de preparação e formação das crianças, salientando que não se limitam a abrir bibliotecas nem a disponibilizar livros de forma estática.

“Desenvolvemos um trabalho diário com as crianças e com os professores. Este ano de 2026 vamos não só preparar os bibliotecários e os activadores sociais nas escolas, mas envolver todo o ecossistema escolar dessas instituições. Não estamos apenas em Luanda, mas também noutras províncias, pelo que o desafio é grande”, reforçou.

INTERVENÇÃO EM ZONAS RECÔNDITAS: CUNENE E UÍGE

A responsável da Fundação BAI referiu que, ao sair da zona de conforto, tudo se torna mais complexo, mas que os resultados têm sido muito positivos. Acrescentou que, para além dos projectos anteriores, vale a pena destacar as iniciativas desenvolvidas em zonas mais recônditas, nomeadamente em duas aldeias, uma na província do Cunene e outra na província do Uíge, nas quais a fundação actua de forma transversal, abrangendo não só a educação, mas também a saúde, a cultura e o desporto.

Explicou que, nessas comunidades, a fundação procura promover um desenvolvimento comunitário integral, trabalha com as crianças no ensino e cria mecanismos que permitem às comunidades ser sustentáveis e gerar recursos a partir das iniciativas implementadas. Como exemplo, mencionou a aldeia no Uíge, onde foi criada uma olaria de raiz. Embora já existisse uma comunidade a trabalhar nesta área, a Fundação forneceu ferramentas para que, sobretudo as mulheres, pudessem ver não só o campo como fonte de rendimento, mas também as artes tradicionais e o sector cultural como forma de gerar rentabilidade.

Tchissola Mosquito destacou ainda que se trata de um processo em curso, baseado na experiência obtida nos centros urbanos, que tem apresentado bons resultados e permitido, especialmente, a integração das mulheres mais jovens neste sector. Sublinhou que estas acções estão alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assumidos pela Fundação BAI.

“

Desenvolvemos um trabalho diário com as crianças e com os professores. Este ano de 2026 vamos não só preparar os bibliotecários e os activadores sociais nas escolas, mas envolver todo o ecossistema escolar dessas instituições.

”

PROJECTO OCIVAMBO: IMPACTO EM SETE MIL PESSOAS NO CUNENE

Administradora referiu que a instituição tem como exemplo o projecto de Ocivambo, o mais antigo, iniciado em 2013, que continua a actuar no Cunene, abrangendo não só a aldeia do Ocivambo, mas também as aldeias vizinhas, impactando cerca de sete mil pessoas naquela região.

Acrescentou que outro projecto relevante é o Caminho de Transformação, um edital criado em 2024, que permite a candidatos de todo o país submeterem projectos próprios, posteriormente avaliados e monitorizados pela fundação. Explicou que estes projectos são de total autoria dos promotores e que o edital serve para disponibilizar fundos muitas vezes necessários, sublinhando que, no terceiro sector, existem frequentemente projectos de grande impacto local desenvolvidos por instituições ou indivíduos, mas que carecem de estrutura física, financeira ou técnica para se tornarem sustentáveis.

Tchissola Mosquito esclareceu que a Fundação BAI abriu este edital para apoiar estas pequenas instituições e iniciativas, fornecendo não só apoio financeiro, mas também técnico. Indicou que são realizadas formações duas vezes por ano, no início do ano e em maio, com o objectivo de preparar estas instituições. A dirigente destacou que, embora recebam diariamente muitos pedidos de apoio financeiro, esse não é o objectivo principal da fundação. Sublinhou que, apesar de a instituição pertencer a um banco, a sua missão

principal é preparar estas iniciativas de modo a torná-las projectos mensuráveis, com impacto e capacidade de replicação.

INTERVENÇÃO DA PCA DA ACADEMIA BAI

Por sua vez, a Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Academia BAI, Noelma de Abreu, referiu que a própria formação que a instituição ministra, implica a selecção dos programas. “Por exemplo, falo de um *Business Management Program* e de boas práticas de gestão. Se falo do MBA em Gestão da Saúde ou do MBA em *Soft Skills*, todos estes programas têm um eixo que é a gestão. Se por um lado estamos a falar de gestão mais técnica, mais os aspectos associados à prestação de contas, à qualidade do reporte financeiro e contabilístico, também estamos a falar da forma como comunicamos, como fazemos *marketing*, da forma como agimos perante reguladores e prestamos contas ao Estado e cumprimos as nossas obrigações perante o Estado”, realçou.

GOVERNAÇÃO, PADRÃO DE RIGOR E QUALIDADE DE INFORMAÇÃO

A dirigente afirmou que todos estes aspectos estão relacionados com a governação, respeito à qualidade da gestão, mas fundamentalmente com algo que tem que ver com a forma como a Academia BAI pretende ter um determinado padrão de funcionamento e de rigor dentro das instituições de ensino superior. “Nós, por termos a ligação ao banco e sermos uma participada, temos uma qualidade de informação e um

tipo de reporte que é mais exigente do que muitas outras instituições que não fazem um conjunto de acções que nós fazemos. Temos contas auditadas, temos um reporte financeiro e a Assembleia Geral em data definida”, frisou.

A PCA da Academia BAI adiantou que gosta de pensar no aspecto que está associado à cultura das organizações de forma simples. Fez saber também que há três aspectos fundamentais: **primeiro, a actuação dos líderes de topo como modelos de referência. Segundo, quem nós recrutamos e trazemos para o barco? Que padrão é? Que qualidade? E que expectativas é? Que comportamento ético e técnico é que as pessoas devem ter? E um terceiro, os rituais simbólicos.**

BOLSAS DE MÉRITO: UMA REDE DE TUTORES PARA A INCLUSÃO

Noelma de Abreu reforçou que o programa de Bolsas de Mérito foi criado no ISAF. Naturalmente, há um programa que o BAI iniciou que tem este número de alunos, mas “nós já juntámos ao BAI outras empresas, e ainda temos uma rede de tutores, pessoas que, a título individual, contribuem para trazer para este plano, para a inclusão de pessoas que de outro modo não poderiam estudar. Estas pessoas são incluídas”, salientou.

Neste momento o ISAF agrupa setecentos e sessenta (770) bolseiros, e todos eles tiveram acesso aos programas de igual modo. No entanto, isto acaba por ser também algo que fortalece a instituição e os torna fortes. ●

REGULAMENTAÇÃO, COMPLIANCE E INOVAÇÃO EM MERCADOS REGULADOS

O painel “Regulamentação, *Compliance* e Inovação em Mercados Regulados”, dedicado ao pilar G (Governança) do ESG, assumiu especial relevância na 1.ª Conferência Prisma Económico – Finanças Sustentáveis, a 6 de março, na Academia BAI, em Luanda.



Painel de Governança “G” do ESG: composto por Daniela Simão, Administradora Não Executiva do BNA, Márcia Costa, Directora Coordenadora (NOSSA Seguros, S.A.), Naiole Cohen, Membro do Conselho Fiscal (BAI, S.A.), Regina Pó, Directora (BAIEU).

Este painel contou com a moderação de Daniela Simão, Administradora Não Executiva do Banco Nacional de Angola, e com as panelistas Naiole Cohen, Membro do Conselho Fiscal do BAI, S.A., Márcia Costa, Directora Coordenadora NOSSA Seguros, S.A., e Regina Pó, Directora da Área de *Compliance* do Banco BAI Europa, que participou por via remota.

“UMA ABORDAGEM LEVE, MAS PROFUNDAMENTE SÉRIA”

“Apesar de ser um tema para muitas pessoas bastante complexo, eu trouxe aqui uma abordagem bastante leve, mas também ao mesmo tempo muito

séria”, sublinhou Daniela Simão, agradecendo também o convite para o evento em destaque.

De seguida, a moderadora iniciou o debate ao perguntar onde é que o Banco BAI S.A. está hoje e onde pretende chegar em termos de governação para poder existir depois de mais cem anos.

BANCO BAI: APRENDIZAGEM CONTÍNUA E SISTEMAS DE CONTROLO

Em resposta, Naiole Cohen começou por destacar que o percurso do banco tem sido marcado por aprendizagem contínua e pela criação de sistemas de

controlo. Explicou que o conceito de *governance* remonta à ideia de “controlar e dirigir”, princípios que continuam a orientar a actuação das organizações.

Referiu que o Banco BAI apresenta hoje um nível de maturidade significativamente superior ao de há dez ou quinze anos, resultado de um processo consistente de evolução e consolidação interna.

GOVERNAÇÃO COMO SISTEMA DE EQUILÍBRIO

A moderadora do painel sublinhou que não existe componente ambiental nem social sem governação, uma vez que esta funciona como um sistema

de equilíbrios. Apesar da existência de regras e procedimentos, destacou que os pilares fundamentais continuam a ser a ética e a integridade.

Acrescentou que nenhuma organização pode projetar o futuro sem uma missão, visão e valores claros, sendo estes os elementos que orientam e motivam os profissionais. Já os sistemas internos representam a aplicação prática desses princípios de governação.

DIÁLOGO, MERITOCRACIA E CULTURA ORGANIZACIONAL

Sobre esta questão, Naiole Cohen destacou positivamente a abertura do Conselho de Administração da instituição ao diálogo, evidenciando uma cultura organizacional assente na escuta activa, meritocracia e competitividade interna.

Segundo a responsável, o banco possui:

- Um plano estratégico bem definido;
- Uma visão clara;
- Uma cultura organizacional sólida.

Essa cultura permite abordar temas complexos de forma aberta e estruturada, promovendo o crescimento institucional e a maturidade dos órgãos de gestão.

O PAPEL DO CONSELHO FISCAL: "QUEM JOGA NÃO ARBITRA"

A membro do Conselho Fiscal explicou que a função deste órgão não é executar, mas observar, avaliar e garantir o equilíbrio dentro da organização. Destacou o princípio de que **"quem joga não arbitra"**, sublinhando a importância da independência e imparcialidade.

O Conselho Fiscal tem como responsabilidades:

- Verificar conflitos de interesse;
- Avaliar riscos e impactos reputacionais;
- Garantir que decisões não aumentem os riscos existentes.



Naiole Cohen, Membro do Conselho Fiscal (BAI, S.A.)

Enfatizou que a governação depende de uma clara segregação de funções, sendo este um dos seus maiores desafios.

APRENDIZAGEM, REGULAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Naiole Cohen revelou que, no início das suas funções, foi necessário um esforço significativo de aprendizagem para acompanhar a complexidade da organização. Referiu que o diálogo com os reguladores e a adaptação a mudanças legais foram fundamentais para a evolução do banco.

Destacou ainda que experiências práticas, incluindo interações com o Banco Nacional de Angola e enquadramentos europeus, contribuíram para a melhoria dos processos e eliminação de limitações anteriormente existentes.

CRESCIMENTO ORGÂNICO, AUTOMATIZAÇÃO E GESTÃO DE RISCO

Explicou também que o crescimento do Banco BAI ocorre de forma orgânica, sendo essencial garantir que pessoas, processos e plataformas funcionem de forma eficiente.

Destacou a importância da automação de processos, redução de tarefas manuais e uso de plataformas digitais, reforçando que a governação está intrinsecamente ligada à gestão de risco, sendo o objectivo mitigar ameaças e proteger o valor da organização.

ÉTICA, INTEGRIDADE E TRANSIÇÃO DE FUNÇÕES

Naiole salientou que a sua actuação profissional é guiada pelos princípios de ética e integridade, os quais considera fundamentais para um sistema de governação equilibrado. Referiu também os desafios da transição de funções executivas para não executivas, destacando a importância dessa experiência para uma abordagem mais estratégica e crítica.

Adiantou que pretende preservar estes valores em todas as organizações por onde passe, uma vez que promovem diálogo e respeito, mesmo quando existem opiniões divergentes. Como cidadã, explicou que tem procurado construir este caminho enquanto cofundadora da *Angola Corporate Governance*, que conta actualmente com 182 membros, incluindo juristas, advogados, auditores e doutorados, alguns dos quais autores de livros. ➡

Considerou um grande orgulho ter esta iniciativa, que hoje tem continuidade e é mantida por outras pessoas. Sublinhou que este percurso depende do fortalecimento das competências em governação e da manutenção dos princípios de ética e integridade, e garantiu que continuará a promover estes valores diariamente, contribuindo para a consolidação e crescimento do tema, cada vez mais debatido a nível da governação global.

GOVERNAÇÃO PROPORCIONAL E VIABILIDADE A LONGO PRAZO

A responsável alertou que a governação deve ser proporcional à dimensão e realidade da organização, considerando os seus custos e impacto, defendendo a necessidade de manter o foco na eficiência e nos objectivos estratégicos, garantindo a viabilidade a longo prazo.

FORMAÇÃO, COMPLIANCE E FUTURO DOS PROFISSIONAIS

Respondendo a questões dos estudantes, destacou que a formação em gestão e contabilidade já incorpora os fundamentos da governação, nomeadamente mecanismos de controlo e *compliance*.

Sublinhou que:

- “Confiar é bom, mas controlar é melhor”;
- O *compliance* não é uma barreira, mas uma forma de protecção;
- A conformidade permite equilíbrio e cria espaço para inovação.

Concluiu que a ética, integridade e controlo são elementos essenciais na formação dos futuros profissionais, constituindo a base para uma actuação responsável e eficaz no mercado.

VOZ DE MÁRCIA COSTA, NOSSA SEGUROS

A Directora Coordenadora da NOSSA Seguros, S.A., Márcia Costa, deu início à sua intervenção no debate respondendo à questão colocada pela moderadora a cerca dos actuais desafios da empresa em matéria de governação.



Márcia Costa, Directora Coordenadora da NOSSA Seguros, S.A.

Em resposta, destacou que o facto de a seguradora ter o Banco BAI como acionista constitui uma vantagem estratégica. Esta ligação permite beneficiar de práticas já consolidadas ao nível da governação, controlo interno e gestão de risco, garantindo maior segurança e confiança no funcionamento da organização.

A responsável explicou que a empresa adopta uma política de antecipação, preparando-se previamente para futuras exigências regulatórias. Sublinhou que o sector bancário apresenta um nível de maturidade superior ao segurador, o que permite à NOSSA Seguros adoptar práticas mais avançadas antes de estas se tornarem obrigatórias.

Como exemplo, destacou:

- A adopção das práticas do regime Solvência II;
- A implementação antecipada da supervisão baseada no risco.

Segundo a oradora, esta abordagem transforma a governação numa vantagem competitiva, permitindo à empresa posicionar-se de forma sólida no mercado.

PADRÕES INTERNACIONAIS E CREDIBILIDADE NO MERCADO

Márcia Costa referiu que a seguradora se submete regularmente à avaliação da agência internacional Fitch, bem como adopta normas contabilísticas internacionais (IFRS), no âmbito da consolidação com o Banco BAI, S.A.

Estas práticas permitem:

- Reforçar a confiança dos *stakeholders*;
- Garantir transparência;
- Aumentar a competitividade internacional.

De forma simbólica, afirmou que a NOSSA Seguros foi “constituída para ser um Cristiano Ronaldo”, evidenciando a ambição e o elevado nível de exigência imposto pelos acionistas.

PARCERIAS, ESTADO E CONFIANÇA DOS INVESTIDORES

Enquanto maior seguradora privada de Angola, a NOSSA Seguros estabelece parcerias com entidades de referência, fundamentais para a gestão de risco.

“

A oradora afirmou que o legado que pretende deixar passa por um equilíbrio entre rentabilidade e integridade.

”

A responsável destacou ainda o papel da empresa como parceira do Estado, num contexto em que Angola é percebida como um mercado de alto risco. Nesse sentido, a seguradora deve transmitir confiança aos investidores, garantindo a proteção do capital e das pessoas.

Sublinhou que essa confiança depende de:

- Estruturas organizacionais sólidas;
- Políticas rigorosas;
- Divulgação de informação de qualidade.

CULTURA INTERNA E ENVOLVIMENTO DOS COLABORADORES

Márcia Costa enfatizou que os colaboradores são peças-chave no sistema de governação, sendo fundamental que compreendam o seu papel e responsabilidade.

Destacou que:

- A responsabilidade é transversal a toda a organização
- Os colaboradores representam a linha da frente
- A cultura de compliance gera valor interno e externo

Segundo a Directora Coordenadora da NOSSA, os profissionais sentem orgulho em associar-se à marca e aos padrões de qualidade da empresa.

Revelou que o legado que pretende deixar passa por um equilíbrio entre rentabilidade e integridade. Reco-

nheceu também que a rentabilidade é essencial para a sustentabilidade das empresas e para o contributo económico ao Estado.

Contudo, defendeu que é possível:

- Ter empresas altamente rentáveis;
- Manter princípios éticos sólidos;
- Tomar decisões prudentes e responsáveis.

Acrescentou que este legado depende das pessoas, defendendo maior valorização dos colaboradores, promoção do mérito e diversidade de género.

ADAPTAÇÃO DE PRÁTICAS BANCÁRIAS AO SECTOR SEGURADOR

Respondendo à questão do estudante Francisco sobre a adopção, pela NOSSA Seguros, de práticas obrigatórias no sector bancário, Márcia Costa esclareceu que não existe conflito na adopção de práticas do sector bancário pela seguradora, uma vez que ambos pertencem ao sector financeiro.

Explicou que:

- O sector bancário é mais maduro;
- As suas práticas tendem a antecipar-se às do sector segurador;
- A adopção é feita de forma criteriosa e adaptada.

Concluiu que esta abordagem permite garantir um sistema de governação eficaz, alinhado com as melhores práticas e preparado para futuras exigências regulatórias.



PARTICIPAÇÃO DO BAI EUROPA NO PAINEL G 'GOVERNAÇÃO'

Com base na pergunta da moderadora, Daniela Simão do painel, com o tema "Regulamentação, Compliance e Inovação em Mercados Regulados", sobre a cultura de governação do Banco BAI Europa, Regina Pó, Directora da Área de Compliance da instituição, partilhou a sua mensagem via online. Ela explicou que considera uma mais-valia fazer parte de uma instituição cujo board inclui membros com forte

experiência como auditores, tanto na banca portuguesa como na angolana, o que confere elevada importância à governação interna.

Sublinhou que a filosofia do BAI Europa privilegia a identificação e resolução de questões através da auditoria interna, num espírito de melhoria contínua, antecipando observações do supervisor ou dos auditores externos. Destacou que esta abordagem orienta o funcionamento das funções de controlo, nomeadamente a segunda e terceira linha, de acordo com as responsabilidades previstas.

Referiu também que, no departamento de *Compliance*, criaram uma unidade de auditoria dedicada a auditar o próprio departamento, com o objectivo de melhorar continuamente os processos. A função de segurança da informação foi convertida em função de controlo no início do ano, reflectindo a crescente importância desta área e a iniciativa de implementar boas práticas antes da intervenção do regulador.

MAIS DE 250 REPORTES AO REGULADOR

Regina Pó mencionou ainda que o BAI Europa realiza mais de 250 reportes ao regulador, motivo pelo qual foi criada uma unidade de validação de reportes, evidenciando a relevância da governação para a instituição.

Sobre o legado que gostaria de deixar, explicou que deseja que os seus sucessores preservem o princípio de que não há sustentabilidade, reputação ou confiança sem uma gestão de risco diligente. Reforçou que a cultura de integridade não se aprende apenas nos manuais, mas deve ser praticada diariamente, enfatizando que as regras existem para proteger, e não para limitar, todas as pessoas na organização.

A PROTECÇÃO COMO CONCEITO A TRANSMITIR

A responsável referiu que se falou muito, no início, em protecção, e que não do



Regina Pó, Directora da Área de Compliance do BAI Europa (BAI EU)

poderia concordar mais com essa ideia. Explicou que esse conceito deve ser transmitido a todos os colaboradores, considerando-o de extrema relevância.

Destacou que os comportamentos éticos devem ser mantidos mesmo quando ninguém os observa, sublinhando a importância de a ética estar presente em todas as acções.

Acrescentou que o risco deve ser gerido com consciência e responsabilidade. Sempre que exista uma ultrapassagem do apetite ao risco definido, todos devem compreender o motivo da decisão tomada e os controlos existentes para mitigar essa situação, ou, se necessário, rever o risco.

Enfatizou que muitas vezes não se dá a devida atenção à reputação, que deve ser tratada como um activo. Considerou ainda que este princípio constitui o legado que deseja que os seus sucessores preservem.

A responsável afirmou que o objectivo é criar um ambiente em que a conformidade funcione como desafio. Explicou que a conformidade não deve ser vista como algo que impõe ou oprime, mas como um conjunto de regras que ajuda a trilhar um caminho sem obstáculos futuros. Referiu que apreciou os exemplos que Naiole deu aos estudantes, considerando-os princípios nos quais estes devem focar-se, pois o *compliance* existe no dia-a-dia das nossas vidas.

REGRAS CLARAS PARA UM MODELO DE GOVERNAÇÃO ROBUSTO

Adiantou que, ao entrarem no mercado de trabalho, os colaboradores devem transpor essas regras já exercidas na vida diária para assegurar um modelo de governação robusto. Para isso, é necessário dispor de regras e procedimentos claros. Os colaboradores devem saber exatamente quais são as linhas orientadoras e os princípios que permitem ao banco, e às entidades do grupo, atingir os melhores resultados possíveis, mantendo sempre a conformidade com as exigências do supervisor ou dos auditores externos, garantindo assim um caminho de sucesso. ●



Uma solução para integrar todos os pagamentos do seu negócio.



O é+ simplifica a forma como as empresas gerem pagamentos.

Com uma única integração, o seu negócio passa a aceitar múltiplos métodos de pagamento, de forma simples, segura e eficiente.



Leia o QR Code
e adira já!



Para mais informações

🌐 e-mais.pay4all.ao/

✉ b2b@pay4all.ao

☎ [+244] 923 166 499

LANÇAMENTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

No quadro da sua estratégia de inovação e proximidade ao cliente, o Banco BAI Cabo Verde tem vindo a reforçar a sua oferta de produtos e serviços, apostando em soluções modernas, eficientes e alinhadas com as necessidades do mercado cabo-verdiano.

Esta abordagem reflecte o compromisso do banco em proporcionar uma experiência bancária cada vez mais simples, acessível e segura, acompanhando a evolução tecnológica e as novas exigências dos clientes.

A FORÇA DE UM GRUPO COM PRESENÇA INTERNACIONAL

A evolução do BAI Cabo Verde enquadra-se na visão estratégica do Grupo BAI, um grupo financeiro com presença consolidada em diferentes geografias e com forte implantação no espaço lusófono. O grupo tem a sua origem no Banco Angolano de Investimentos, fundado em Angola a 14 de Novembro de 1996, sendo reconhecido como o primeiro banco privado com capitais nacionais.

Ao longo da sua trajectória, o grupo expandiu a sua presença internacional, passando a integrar operações em Angola, Cabo Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe, o que demonstra uma estratégia orientada para o crescimento sustentável e para a diversificação da sua actuação no sector financeiro.

Neste contexto, o BAI Cabo Verde beneficia da solidez institucional, da experiência acumulada e da capacidade de inovação de um grupo financeiro de referência, reforçando a confiança dos clientes e a consistência da sua proposta de valor no mercado cabo-verdiano.

BAI ANGOLA COMO REFERÊNCIA DE INOVAÇÃO

O percurso do BAI em Angola constitui um importante referencial para a evolução das operações nas restantes geografias do grupo. Ao longo dos anos, o banco tem vindo a destacar-se pelo lançamento de soluções digitais, modernização dos serviços e aposta contínua na inovação bancária.

O desenvolvimento de plataformas digitais, aplicações móveis e canais remotos de atendimento em Angola tem servido de base para a disseminação de boas práticas e soluções adaptadas a outros mercados, incluindo Cabo Verde.

Esta dinâmica permite ao grupo responder com maior rapidez às transformações do sector, antecipando tendências e desenvolvendo produtos centrados nas necessidades reais dos clientes.

INOVAÇÕES NO BAI CABO VERDE - CARTÃO DE CRÉDITO NACIONAL KATXUPA E CARTÃO PRÉ-PAGO VIRTUAL

Entre os lançamentos mais recentes do BAI Cabo Verde, destaca-se o Cartão de Crédito Nacional Katxupa, uma solução inovadora que vem responder às necessidades de gestão financeira do dia-a-dia dos cabo-verdianos e, que agrega uma proposta de valor centrada em proximidade, controlo e desenvolvimento da economia cabo-verdiana.

O Cartão Katxupa, primeiro cartão de crédito 100% cabo-verdiano no mercado, representa um marco para a história do país e para o próprio BAI Cabo Verde. Isto porque oferece um produto nacional, suportado pela SISP (Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos), que trabalha na Rede Vinti4 e que só pode ser utilizado em Cabo Verde, com moeda cabo-verdiana.

Ao apresentar este cartão ao mercado cabo-verdiano, o Banco BAICV posiciona-se como o banco que democratiza o crédito de proximidade, por levar o acesso ao crédito a compras essenciais e despesas do dia-a-dia, concentrar o uso do cartão no mercado nacional, reforçar o consumo formal e criar um instrumento de crédito desenhado exclusivamente para a realidade de Cabo Verde.

O cartão Katxupa, oferece maior acesso ao crédito a segmentos que já confiam na rede nacional Vinti4 e que procuram flexibilidade para as suas despesas relevantes, bem como maior controlo para os clientes, ao permitir definir regras, limites e comunicação adaptados à realidade de Cabo Verde. Este cartão de crédito nacional reforça também a segurança das operações, uma vez que o *plafond* disponível não está directamente ligado à conta à ordem, permitindo maior controlo e protecção



Momento da cerimonia de lançamento do Cartão de Crédito Katxupa (BAICV)

em caso de imprevistos. Para além disso, disponibiliza extractos detalhados, facilitando o acompanhamento das despesas e contribuindo para uma gestão financeira mais consciente por parte dos clientes.

Oferece, ainda, mais soberania, ao manter a decisão, dados e arquitetura do produto mais próximo do país, do regulador e dos bancos. Ao funcionar numa rede totalmente nacional, ganha-se maior margem para definir regras de produto, priorização tecnológica e gestão operacional a partir do ecossistema nacional. Em paralelo, reduz-se a dependência de tarifas e processos internacionais sempre que a transacção, a liquidação e a utilização são domésticas.

É nesta senda que, entre as principais vantagens desta iniciativa pioneira destaca-se a retenção de valor em Cabo Verde, uma vez que o cartão Katxupa opera exclusivamente na rede nacional e em escudos cabo-verdianos, eliminando custos associados a taxas de câmbio e comissões de redes internacionais, o que se traduz numa solução mais económica, com comissões reduzidas e menor saída de divisas do país. Estas características traduzem-se numa solução mais económica e adaptada à realidade local.

“

Desta forma, o cartão Virtual BAICV é apresentado como uma solução aos desafios actuais do e-commerce, ao garantir maior segurança nas compras online. Utilizando este recurso, o cliente evita expor o seu cartão físico aos riscos cibernéticos, como fraude, phishing e fuga de dados. ”

Em síntese, o cartão de crédito nacional Katxupa acrescenta valor ao cliente que passa a ter acesso ao crédito para as compras essenciais e despesas do dia-a-dia, dinamiza as empresas locais ao concentrar o uso do cartão no mercado nacional e reforçar o consumo formal, cria um instrumento de crédito desenhado para a realidade de Cabo Verde, contando com o BAICV na promoção da economia nacional e no reforço do mercado cabo-verdiano.

Outro lançamento recente do BAI Cabo Verde é o cartão VISA pré-pago Virtual, cartão de débito pré-pago virtual que funciona na rede internacional VISA, e que se assemelha a uma carteira electrónica, permitindo ao titular utilizá-lo em transacções online até ao valor máximo disponível.

Este cartão pode ser emitido instantaneamente em qualquer ATM da rede nacional Vinti4 e com carregamento imediato, desde que o cliente que



Momento da cerimonia de lançamento do Cartão de Crédito Nacional Katxupa (BAICV)

“

Uma solução disponível 24h por dia, nos sete dias da semana, com saldo limitado ao carregamento pré-pago, com separação do cartão principal, logo, ideal para transacções de maior risco, como *marketplaces* e novos comerciantes.

”

já possua um cartão de débito BAICV. Com este recurso, ao solicitar o seu cartão virtual, o cliente recebe um recibo do ATM com os dados necessários para realizar pagamentos online. O recibo, com o prazo de um ano, é associado a um número de telefone à escolha do emissor, o que permite também emitir cartões para presentes e ofertas a terceiros, num contexto de consumo digital. O cartão é recarregável e pode ser utilizado em toda a rede VISA a nível mundial.

Desta forma, o cartão Virtual BAICV é apresentado como uma solução aos desafios actuais do e-commerce, ao garantir maior segurança nas compras online. Utilizando este recurso, o cliente evita expor o seu cartão físico aos riscos cibernéticos, como fraude, phishing e fuga de dados. Para além disso, em caso de perda, extravio ou roubo o cliente consegue emitir, na hora, um cartão virtual, sem necessidade de espera.

O cartão Virtual BAICV serve tanto para compras online, quanto para subscrições e testes, presentes e ofertas ou cartão de contingência, quando o cartão principal está indisponível. O cliente pode emitir quantos cartões desejar,

podendo sempre controlar o bloqueio e desbloqueio do cartão na plataforma BAIDIRECTO (canal *Internet Banking* do BAICV).

Uma solução disponível 24h por dia, nos sete dias da semana, com saldo limitado ao carregamento pré-pago, com separação do cartão principal, logo, ideal para transacções de maior risco, como *marketplaces* e novos comerciantes.

A emissão do cartão Virtual BAICV está disponível, nesta primeira fase, somente nos ATM Vinti4, mas o Banco pretende disponibilizá-lo, muito brevemente, no canal BAIDIRECTO, maximizando assim os canais disponíveis aos seus clientes.

Estas duas novas soluções de pagamento foram apresentadas num pequeno-almoço com parceiros e clientes do Banco BAICV, realizado no dia 06 de março, no Edifício BAI Center, na Cidade da Praia, reforçando a estratégia de proximidade do BAICV ao mercado cabo-verdiano.●

GRINER ENGENHARIA CONCRETIZA SEGUNDA EMISSÃO OBRIGACIONISTA ADMITIDA À NEGOCIAÇÃO NO MROV

A admissão à negociação das Obrigações GRINER 2025-2028 no Mercado de Registo de Operações Sobre Valores Mobiliários (MROV) constitui um marco relevante no desenvolvimento do mercado de capitais angolano e na trajectória de financiamento estruturado da GRINER Engenharia, S.A.



Tomé Augusto, Director (ÁUREA, SDVM)

Com esta operação, a GRINER torna-se a primeira empresa privada a concretizar, com sucesso, uma segunda emissão obrigacionista admitida à negociação naquele mercado, reforçando a sua capacidade de recorrer de forma consistente a instrumentos do mercado de capitais para financiar o seu crescimento.

O Empréstimo Obrigacionista GRINER 2025-2028, foi realizado por subscrição particular.

Foram emitidas um total de 80.000 (oitenta mil) obrigações, com valor nominal unitário de Kz 250 000,00 (duzentos e cinquenta mil kwanzas), perfazendo um montante global de Kz 20 000 000 000,00 (vinte mil milhões de kwanzas). A emissão foi integralmente subscrita, evidenciando não apenas o elevado nível de confiança dos investidores, mas também a crescente maturidade do mercado de capitais nacional.

Este resultado reafirma o posicionamento da ÁUREA como entidade pioneira na estruturação de operações desta natureza em Angola, constituindo um marco de relevância para o fortalecimento do mercado de capitais nacional. A subscrição integral alcançada evidencia, de forma inequívoca, a confiança depositada pelos investidores e confirma a robustez, capilaridade e eficácia da rede de

distribuição da instituição na absorção de operações de elevada dimensão e complexidade.

A ÁUREA – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários participou na operação na qualidade de Coordenador Global e Agente de Intermediação para colocação, reafirmando o seu compromisso com a dinamização do mercado de capitais e com a estruturação de soluções de financiamento ajustadas às necessidades das empresas.



Este tipo de operações ilustra o papel crescente do mercado de capitais enquanto alternativa complementar ao financiamento bancário, permitindo às empresas diversificar fontes de financiamento, otimizar a sua estrutura de capital e alinhar os seus projectos com horizontes de investimento de médio e longo prazo. A trajectória da GRINER Engenharia demonstra que o recurso recorrente ao mercado de capitais não só é viável, como constitui um sinal de robustez financeira, transparência e credibilidade junto dos investidores.

Neste contexto, a ÁUREA mantém-se empenhada em apoiar iniciativas que contribuam para o aprofundamento do mercado, promovendo a ligação entre a economia real e os investidores, e reforçando o papel do mercado de capitais como motor de crescimento económico sustentável em Angola. ●

OBRIGAÇÕES BAI 2026–2031: DESEMPENHO DA OPERAÇÃO E IMPACTO NO NEGÓCIO DA ÁUREA

A Oferta Pública de Subscrição (OPS) das Obrigações BAI 2026–2031 decorreu entre 18 de Dezembro de 2025 e 26 de Janeiro de 2026, tendo a ÁUREA actuado como coordenador global e agente colocador único da oferta. A adesão registada permitiu confirmar a capacidade do mercado para absorver instrumentos obrigacionistas corporativos, bem como a confiança dos investidores na qualidade creditícia do emitente e na estrutura da emissão.



Membros do Banco BAI, S.A., ÁUREA, SDVM e BODIVA

De acordo com os resultados apurados na Sessão Especial de Mercado Regulamentado, realizada a 27 de Janeiro de 2026, a operação registou uma procura total de 4 228 296 obrigações, face a uma oferta de 2 000 000 obrigações, traduzindo-se num rácio de cobertura de 211,41%. O montante total procurado ascendeu a Kz 105 707 400 000,00, tendo sido alocados Kz 50 000 000 000,00, com um rácio de alocação (rateio) de 47,30%.

Para a ÁUREA, enquanto agente de inter-

mediação, esta operação assume um significado que vai além dos resultados quantitativos, reflectindo o seu papel activo na dinamização do mercado e na aproximação dos investidores ao mercado de capitais.

DINAMIZAÇÃO DA BASE DE CLIENTES E ACTIVAÇÃO COMERCIAL

A operação permitiu reforçar a mobilização da base de clientes, com impacto directo na activação de investidores e na captação de novos participantes

no mercado. O elevado número de ordens recebidas (1 521) evidencia o interesse crescente por soluções de investimento estruturadas, bem como a eficácia das iniciativas de comunicação e acompanhamento ao investidor.

A operação constituiu, assim, um referencial técnico relevante para futuras emissões no mercado de capitais angolano, contribuindo para o fortalecimento das práticas de financiamento via mercado e para a consolidação do segmento de dívida corporativa.

REFORÇO DO POSICIONAMENTO DA ÁUREA

A participação nesta OPS contribuiu para consolidar o posicionamento da ÁUREA enquanto parceiro de referência no acesso ao mercado de capitais, reforçando a sua credibilidade junto de clientes institucionais e particulares. Este tipo de operação evidencia a capacidade da ÁUREA em estruturar, comunicar e acompanhar processos de investimento de forma integrada. Em síntese, a ÁUREA assegurou a consistência técnica, financeira e regulatória da operação, garantindo a integridade

de e a transparência do processo de colocação junto do mercado.

IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DO MERCADO

A forte adesão à emissão confirma uma tendência de maior maturidade do mercado de capitais angolano, com investidores cada vez mais informados e abertos à diversificação das suas carteiras. Neste contexto, a ÁUREA tem vindo a assumir um papel de relevo na dinamização de soluções de financiamento alternativas em Angola.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O sucesso desta operação abre espaço para novas iniciativas no mercado de dívida e de capital, reforçando a importância de continuar a desenvolver soluções que respondam às necessidades de financiamento das empresas e às expectativas dos investidores.

A ÁUREA mantém o seu compromisso de apoiar operações desta natureza, contribuindo activamente para o crescimento sustentável do mercado de capitais e para a criação de valor para os seus clientes. ●



Membros da ÁUREA, SDVM

OFERTA PÚBLICA DE SUBSCRIÇÃO
18 DE DEZEMBRO A 26 DE JANEIRO DE 2026

IMPULSIONE OS SEUS INVESTIMENTOS

OBRIGAÇÕES BAI 2026-2031

20%*
ao ano

- Pagamento semestral de juros
- Negociáveis na BODIVA
- Investimento mínimo Kz.100.000,00 (correspondente a 4 obrigações mínimas)
- Banco Mais Seguro em Angola em 2025 – Global Finance
- Melhor Banco de Angola em 2025 – Euromoney

ÁUREA
SDVM S.A.

BAI

SOLUÇÕES DE PAGAMENTOS

O Banco BAI Europa continua a desenvolver a sua oferta de meios de pagamento digitais, reforçando a disponibilização de soluções que acompanham a evolução dos hábitos de utilização e a crescente preferência por pagamentos digitais.



Neste contexto, e com a adesão ao MB WAY em Junho de 2025 – uma solução de pagamentos digitais desenvolvida pela SIBS e amplamente utilizada em Portugal, que permite associar o cartão bancário ao telemóvel através de uma aplicação própria e realizar diversas operações, tais como transferências imediatas entre contactos, pagamentos em lojas físicas por NFC ou código QR, criação de cartões virtuais e levantamentos através de código, sem necessidade de cartão físico – o Banco reforça a oferta de pagamentos digitais disponíveis aos seus clientes, promovendo maior conveniência e simplicidade na realização das operações do dia-a-dia.

INTEGRAÇÃO COM GOOGLE WALLET

Em novembro de 2025, o Banco passou também a disponibilizar a adesão ao *Google Wallet*, permitindo aos clientes a realização de pagamentos através dos seus dispositivos móveis Android em lojas físicas, aplicações e plataformas digitais, com recurso a tecnologia *contactless*, sem necessidade de utilização do cartão físico.

Está ainda em desenvolvimento a disponibilização do *Apple Wallet*, alargando o conjunto de carteiras digitais acessíveis através do Banco e ampliando as opções disponíveis no âmbito dos pagamentos digitais.

BENEFÍCIOS PARA A EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

A disponibilização destas soluções permite responder de forma mais eficaz às necessidades de utilização quotidiana, assegurando maior flexibilidade e rapidez na realização de pagamentos, quer em contexto físico, quer digital. Simultaneamente, contribui para uma experiência de utilização mais simples e contínua, alinhada com as expectativas dos clientes.



Esta evolução acompanha a crescente adopção de soluções de pagamento digitais e a progressiva desmaterialização dos instrumentos de pagamento, reflectindo a adaptação contínua da oferta às preferências de utilização dos clientes, num contexto de transformação digital do sector financeiro. ●

SAÚDE MULHER: PROTECÇÃO FINANCEIRA NO MOMENTO EM QUE MAIS IMPORTA

SEGURO SAÚDE MULHER

Cobertura Global
Protecção válida em qualquer parte do mundo

Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Apoio financeiro para tratamento de doenças oncológicas

Apoio psicológico
Acompanhamento nutricional

Reconstrução mamária

Protecção financeira à família

LIGA ANGOLANA CONTRA O CANCRO

Ao cuidar de si, ajuda outras mulheres: 3% do valor do seu seguro reverte para a Liga Angolana Contra o Cancro

NOSSA SEGUROS
Protege o que é nosso

www.nossaseguros.ao

Perante um diagnóstico oncológico, o impacto não se limita à saúde. As despesas de tratamento, a eventual interrupção da actividade profissional e a reorganização da vida familiar criam uma pressão financeira que pode ser tão difícil de gerir quanto a própria doença. É para responder a esta realidade que a NOSSA Seguros lançou o Seguro Saúde Mulher — uma solução concebida exclusivamente para a mulher angolana.

O produto cobre os diagnósticos de cancro da mama, do ovário e do útero, garantindo o pagamento directo de um capital à segurada. Este montante pode ser utilizado para fazer face aos custos médicos, compensar a perda de rendimento ou assegurar a estabilidade do agregado familiar durante o período de tratamento.

Para além do apoio financeiro, a solução inclui acompanhamento psicológico especializado, apoio nutricional e, quando aplicável, cobertura de reconstrução mamária — reconhecendo que a recuperação é física, emocional e identitária. Em caso de falecimento, a apólice assegura ainda o pagamento de um capital aos beneficiários designados.

Disponível para mulheres até aos 65 anos, o Seguro Saúde Mulher abrange diferentes fases da vida adulta. Integra ainda uma componente de responsabilidade social: 3% das receitas são destinados à Liga Angolana Contra o Cancro, apoiando iniciativas de prevenção e acompanhamento junto da comunidade.

Em momentos de vulnerabilidade, a estabilidade faz toda a diferença. ●

PRÉMIOS TCHILUANDA

RECONHECIMENTO QUE REFORÇA O POSICIONAMENTO DA ÁUREA NO MERCADO DE CAPITAIS



Da esquerda para direita: Administrador Francisco Figueira (AUREA, SVDM), Administradora Irisolange Verdades (BAI, SA), PCE Kelson Cardoso (AUREA, SVDM), Director Pedro Ruivo (BAI, SA)

A ÁUREA foi distinguida na 7.ª edição do Fórum BODIVA, um dos mais relevantes encontros do mercado de capitais angolano, ao ser galardoada com três Prémios Tchiluanda, nas categorias de Maior Número de Integrações na CEVAMA, Membro com Maior Número de Negócios Realizados e Maior Montante Negociado no Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro.

Estas distinções refletem não apenas o desempenho alcançado ao longo do período em análise, mas também a consistência da actuação da ÁUREA enquanto agente activo na dinamização do mercado de capitais, com particular destaque para a sua capacidade de integração operacional, a intensidade da sua actividade de intermediação e o contributo para a liquidez do mercado de dívida pública.

O reconhecimento atribuído reforça o posicionamento da ÁUREA como uma referência no mercado de capitais angolano, evidenciando o seu compromisso com a excelência, a inovação e a criação de valor para os seus clientes.

Mais do que um marco institucional, estas distinções traduzem o contributo contínuo da ÁUREA para o fortalecimento do mercado de capitais em Angola, numa lógica de proximidade com os investidores e de apoio ao financiamento sustentável da economia. ●



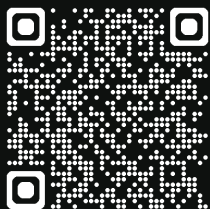
Prémios TCHILUANDA 2026 - 7ª edição



CORPORATE FINANCE

Assessoria estratégica e estruturação
de operações financeiras.

SAIBA MAIS:



O QUE FAZEMOS

- Fusões & Aquisições (M&A)
- Avaliação de Empresas
- Privatizações e Reestruturações
- Parcerias Estratégicas (Joint Ventures)
- Assessoria a Governos e Investidores

é-kwanza

a **nova** forma
de mover
a **economia**



O **é-kwanza** é a carteira digital que liga pessoas, negócios e oportunidades, facilitando a circulação financeira em todo o país.

Com uma experiência simples, segura e acessível, permite pagar, receber e transferir directamente no telemóvel.

Baixe o app e comece já!



Apoio ao Cliente
923 166 499
www.e-kwanza.ao

é-kwanza
é já!